

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Luzia Matos Lima

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NO TERRITÓRIO BICO DO
PAPAGAIO (TO): contribuições do Instituto Federal *Campus*
*Araguatins***

Taubaté – SP
2013

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Luzia Matos Lima

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NO TERRITÓRIO BICO DO
PAPAGAIO (TO): contribuições do Instituto Federal *campus*
*Araguatins***

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Regional

Orientadora: Profa. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo

Taubaté – SP
2013

LUZIA MATOS LIMA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO
TERRITÓRIO BICO DO PAPAGAIO (TO): contribuições do Instituto Federal
*Campus Araguatins***

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Regional

Data defesa: 14/11/2013
Resultado: APROVADA

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo

Universidade de Taubaté

Assinatura

Prof^a. Dra. Mônica Franchi Carniello

Universidade de Taubaté

Assinatura

Prof^a. Dra. Silvia Helena Nogueira

Faculdade Anhanguera de Jacareí

Assinatura

A DEUS, criador de todas as coisas, pela vida, e tudo que tem me permitido fazer debaixo de sua graça.

À minha mãe, Iraci de Matos Nogueira, pelo exemplo de vida.

Ao meu esposo, Sergio Antônio de Carvalho, companheiro, amigo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador da vida e da luz que brilha na escuridão, permitindo continuarmos andando mesmo nas noites escuras.

À UNITAU, pela oportunidade de acesso ao curso, e aos seus professores, que dedicaram seu tempo e seus conhecimentos para engrandecimento de nossa formação. Em particular à Prof^ª. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araújo, por sua paciência e compreensão na orientação deste trabalho.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus Araguatins*, na pessoa de Décio Dias dos Reis, pelo apoio e confiança para a realização do curso.

Ao professor Tarcísio Vieira da Silva e à Roberta de Freitas Souza, pelas dicas valiosas.

Aos colegas de trabalho, na pessoa de Valdirene Lima Ramos, pela compreensão e organização dos meus horários de trabalho, permitindo tempo para meus estudos.

Ao meu pai, *in memoriam*, um homem trabalhador, honesto, humilde e simples.

Ao meu esposo, pelo apoio emocional e financeiro nos momentos mais difíceis, e por dispensar o tempo que seria seu, para permitir que eu realizasse o sonho de concluir o mestrado.

“À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele”.

Jaques Delors

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar e situar as Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica do Governo Federal implementadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), *Campus* Araguatins, quanto à promoção do desenvolvimento socioeconômico no Território Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins. O estudo baseou-se em dados secundários e em pesquisa bibliográfica do tipo documental, a partir de referencial teórico atinente à importância da educação para o desenvolvimento socioeconômico. Caracteriza-se como estudo de caso descritivo, com abordagem exploratória, e bibliográfica quanto ao objetivo e delineamento da pesquisa. Aborda a temporalidade desenvolvimentista do Território, o contexto agrário e educacional, e as *práxis* do *campus*, enfatizando o papel do Instituto por intermédio do *campus* como instituição educacional na promoção do desenvolvimento socioeconômico da Região. A partir da análise de dados e referenciais bibliográficos, que serviram de base comparativa, o estudo permitiu considerar que existem pontos paralelos entre as necessidades regionais e as políticas e programas implementados, direcionados ao contexto regional quanto à promoção de desenvolvimento socioeconômico direto e indireto, por meio da formação acadêmica, cidadania, qualificação profissional, e intervenção social direta, direcionadas às necessidades regionais.

Palavras-chave: Desenvolvimento socioeconômico. Território Bico do Papagaio. Tocantins. Qualificação Profissional. Educação Profissional.

ABSTRACT

PROFESSIONAL EDUCATION AND SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT IN THE
TERRITORY OF THE BICO DO PAPAGAIO (TO): contributions the Federal Institute
Campus Araguatins

This study aimed to identify and locate the Public Policies of Technological Education of the Federal Government implemented by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Tocantins (IFTO), Campus Araguatins, regarding the promotion of socioeconomic development in the Territory Bico do Papagaio, extreme northern Tocantins. The study was based on secondary data and literature search of documentary type from theoretical framework regards the importance of education for socioeconomic development. It is characterized as descriptive case study with an exploratory approach and literature about the objective and the research design. Addresses the developmental temporality of the Territory, the agrarian and educational context and praxis of campus emphasizing the role of the Institute through the campus as Educational Institution in promoting socio-economic development of the Region. From the analysis of data and bibliographic references, which served as the basis of comparative study allowed us to consider that there are parallel points between regional needs and implemented policies and programs aimed at promoting regional context as direct and indirect socioeconomic development through training academic, citizenship, professional training, and direct social intervention targeted to regional needs.

Key words: Socioeconomic development. Territory Bico do Papagaio. Tocantins. Professional Qualification. Professional Education.

LISTA DE SIGLAS

ADTUR – Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins
AGROTINS – Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins
AMAZONTEC – Programa do SEBRAE desenvolvido pelos Governos dos Estados da Amazônia Legal, SEBRAE Nacional, Universidades Amazônicas
BASA – Banco da Amazônia S/A
BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CNE – Conselho Nacional de Educação
DENIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EAFA – Escola Agrotécnica Federal de Araguatins
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EXPOARA – Exposição Agropecuária de Araguaína
FIC – Formação Inicial e Continuada
X-ENEL – 10º Encontro Nordestino do Setor de Leite e Derivados
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
EAD – Educação a Distância
IFs – Institutos Federais
IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MI – Ministério de Integração Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBITI – Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

SEAGRO – Secretaria de Agricultura e Pecuária

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPLAN – TO – Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública do Tocantins

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SPR – Secretaria de Programas Regionais

UFES – Universidade Federal de Santa Maria-RS

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UHE – Usina Hidroelétrica de Estreito - Maranhão

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Saldo entre oferta de mão de obra e demanda de empregados qualificados e com experiência profissional	33
Tabela 2	Culturas de destaque no Tocantins	57
Tabela 3	Produção de origem animal de destaque no Tocantins	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cursos presenciais regular oferecidos pelo IFTO	54
Quadro 2	Potencialidades da Mesorregião Bico do Papagaio	64
Quadro 3	Atividades de Pesquisa do IFTO <i>Campus</i> Araguatins	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Diferentes definições de políticas públicas	28
Figura 2	Fatores influenciadores de políticas públicas	29
Figura 3	Problemas sociais que orientam e realimentam as políticas públicas	29
Figura 4	Onde falta e onde sobra mão de obra qualificada no Brasil	33
Figura 5	Renda individual de todas as fontes de renda familiar de pessoas com diferentes níveis educacionais	41
Figura 6	Nível escolar da Microrregião Bico do Papagaio Tocantins	41
Figura 7	Renda familiar Microrregião Bico do Papagaio Tocantins	41
Figura 8	Panorâmica de evolução da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil	42
Figura 9	Rede Federal de Educação Tecnológica no Brasil	43
Figura 10	<i>Campi</i> da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Instituto Federal no Tocantins (IFTO)	52
Figura 11	Polos EAD do IFTO em funcionamento e em implantação	55
Figura 12	Ferrovia Norte Sul	59
Figura 13	Mesorregião Bico do Papagaio	60
Figura 14	Amazônia Legal	60
Figura 15	Microrregião Bico do Papagaio no Tocantins e municípios	63
Figura 16	Tipologia de Renda do Território Bico do Papagaio	66
Figura 17	Município de Araguatins	67
Figura 18 -	<i>Campus</i> Araguatins – vista aérea	68
Figura 19 -	<i>Campus</i> Araguatins – setor administrativo	68
Figura 20 -	<i>Campus</i> Araguatins – setor pedagógico	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	PROBLEMA	18
1.2	OBJETIVOS.....	18
1.2.1	Objetivo Geral.....	18
1.2.2	Objetivos Específicos	19
1.3	DELIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	19
1.4	RELEVÂNCIAS DO ESTUDO	19
1.5	ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO	20
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	21
2.1	DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE	21
2.1.1	Desenvolvimento e crescimento econômico	21
2.1.2	Desenvolvimento Sustentável.....	22
2.1.2.1	Educação e Desenvolvimento Sustentável	24
2.1.3	Desenvolvimento Regional	25
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS	27
2.2.1	Políticas Públicas.....	27
2.2.2	Políticas Públicas Educacionais	30
2.2.3	Políticas Públicas de Educação e a Qualificação Profissional	31
2.3	EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	33
2.3.1	Nível Educacional e o Desenvolvimento Socioeconômico	36
2.4	PANORAMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL.....	42
2.5	REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	42
2.5.1	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	44
3	MÉTODO.....	47
3.1	TIPO DE PESQUISA	47
3.2	ÁREA DE REALIZAÇÃO.....	48
3.3	OBJETO DA PESQUISA.....	48
3.4	INSTRUMENTOS	48
3.5	PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	49
3.6	PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS	49
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
4.1	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO TOCANTINS	50
4.1.1	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	50
4.1.2	O IFTO e os Territórios de Inserção	56

4.1.2.1 Base Econômica do Estado do Tocantins	56
4.1.2.2 Mesorregião Bico do Papagaio: caracterização.....	59
4.1.2.3 Desenvolvimento Socioeconômico no Território Bico do Papagaio	63
4.1.2.4 Microrregião Bico do Papagaio.....	65
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	67
4.2.1 IFTO Campus Araguatins: caracterização	67
4.2.2 O <i>Campus</i> Araguatins e sua práxis.....	69
4.2.2.1 Cursos e Programas	69
4.2.2.2 Parcerias, Projetos e Visitas Técnicas	70
4.2.2.3 Políticas de Assistência Estudantil.....	74
4.3 INTEGRAÇÕES DE DISCUSSÕES	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

Ao falar dos atrasos, conquistas e desafios da educação no Brasil, o IPEA (2006) cita a Riqueza das Nações, de Adam Smith, como a primeira obra escrita a mencionar a importância da educação para a qualidade do que chamou de capital humano, não só no campo individual ou em consequência, como o caso da remuneração, mas como fator determinante para a produção de riqueza e crescimento econômico.

Por essa razão, as políticas que objetivam elevar o padrão de qualidade desse capital, como, por exemplo, as políticas educacionais, são vistas como preferidas e mais eficazes para reduzir níveis de pobreza e desigualdade sociais, assim como para promover o desenvolvimento econômico.

Nessa perspectiva, a Constituição Brasileira de 1988, Art. 205, determina que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2003, p. 123).

A partir da determinação constitucional é possível entender a expressão capital humano, que, de acordo com Veiga (2010 p.60), vem do fato de que em busca de atender suas necessidades o ser humano vem transformando os recursos naturais desde os primórdios dos tempos: “isolando, recombinação, transferindo, reciclando”, a partir de habilidades, conhecimentos, potencialidades e experiências advindas e resultantes de investimentos por parte dos pais, das empresas e do poder público.

Esses investimentos, para o IPEA (2006), sintetizam as motivações e a racionalidade dos impactos positivos que o capital educacional exerce em diversos segmentos do desenvolvimento social e econômico, servindo de indutor para que a educação seja parte da agenda de ordenamento e formulação de políticas para o desenvolvimento das nações.

O desenvolvimento que Veiga (2010, p.53), ao fazer referência a Jane Jacobs, define como “diferenciações emergindo de generalidades [...] diferenciações se tornam generalidades das quais emergem novas diferenciações”, e sintetizando, reforça: “desenvolvimento depende de co-desenvolvimento”.

Como tal, o desenvolvimento é um processo de produção e não uma coleção de coisas, pois coisas, por si só, segundo ele, não promovem desenvolvimento, mas podem se manifestar como se fosse. Quando o desenvolvimento, não está acontecendo de fato em uma determinada região ou município, é porque a produção é apenas produto de processos que ocorrem em

outras localidades, e o desenvolvimento não vai junto com a produção aleatoriamente, precisa, sim, de tomadas de decisão, planejamento e principalmente do ser humano.

Segundo Pacheco (2011), embora a educação profissional e tecnológica tenha como cerne de origem ‘os desfavorecidos da fortuna’, expressão literalmente abordada no Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, novos direcionamentos são determinados na Lei 11.892/2008, com a criação dos Institutos Federais.

Esses direcionamentos são chamados, pelo autor, de nova face, marcada por sua resiliência quanto às necessidades endógenas, e não mais exclusivamente ao traçado de uma política de governo, o que, segundo ele, tem dado a essas políticas perenidade nas ações, principalmente a aquelas que têm em seu bojo a incorporação de setores sociais.

De acordo com Sen (2002), as exigências advindas da globalização têm requerido cada vez mais especificidades nos processos produtivos. Assim, o analfabetismo, ou a baixa escolaridade dos indivíduos, limita suas oportunidades socioeconômicas e, conseqüentemente, submete à privação de liberdade, mesmo sendo a renda uma de muitas outras privações.

O autor enfatiza que “a renda pessoal é inquestionavelmente um determinante básico da sobrevivência ou morte, e mais genericamente da qualidade de vida de uma pessoa”. Daí a importância da qualificação para o trabalho com empregabilidade (SEN, 2002, p. 101).

O próprio Ministério de Educação (MEC, 2005), mesmo antes da criação dos Institutos Federais, já enfatizava que as instituições que oferecem educação profissional e tecnológica devem ser centros de referência nos campos em que atuam, e, a possibilidade dessas instituições não atuarem, no potencial do seu meio, derruba todos os esforços e investimentos do próprio governo pelo vultoso investimento no setor.

Nesse pressuposto é que o papel do IFTO *Campus* Araguatins no processo de desenvolvimento socioeconômico, no território de inserção, foi o eixo que suscitou esta pesquisa, que tem por objetivo geral diagnosticar e situar as políticas de educação profissional e tecnológica do Governo Federal que incidem sobre a Região Bico do Papagaio, em Tocantins; quanto à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, pela caracterização socioeconômica advinda do contexto agrário e pelo papel do Instituto na condição de Instituição educacional de educação profissional e tecnológica, atuante em diferentes níveis de ensino e no setor agropecuário, ponto forte da economia do Estado e do Território.

A pesquisa baseou-se em dados secundários e é bibliográfica do tipo documental, desenvolvida a partir de referencial teórico relacionado às políticas públicas educacionais;

desenvolvimento socioeconômico; desenvolvimento sustentável; e importância da educação como seus pilares.

Fez-se um breve resumo das bases econômicas do Tocantins e do Território Bico do Papagaio, histórico agrário, os problemas e os desafios do processo de desenvolvimento como um todo.

Este estudo aborda, ainda, as *práxis* do IFTO *Campus Araguatins* como diferencial de qualificação profissional em relação à promoção do desenvolvimento socioeconômico. A pesquisa caracteriza-se, quanto à abordagem, como estudo de caso descritivo; quanto ao objetivo é exploratória; e bibliográfica do tipo documental, quanto ao delineamento.

Os dados secundários constituíram-se principalmente de fontes como MI/SPR, IPEA, SEPLAN-TO, IBGE e IFTO. Como primeira pesquisa, voltada à contribuição do IFTO *campus Araguatins* quanto à promoção do desenvolvimento socioeconômico da Região, servirá de base para estudos posteriores, bem como embasamento teórico para escolha de novas áreas e cursos.

A pesquisa poderá, ainda, servir de referência para outros estudos sobre a importância de alguma outra instituição no processo de desenvolvimento em suas respectivas áreas de atuação e regiões de inserção no norteamento de seus PDIs.

1.1 PROBLEMA

As políticas e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inseridos nas praxes do IFTO *Campus Araguatins*, contemplam as demandas de qualificação do Território Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins, quanto à promoção do desenvolvimento socioeconômico?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Diagnosticar e situar as políticas públicas de educação profissional e tecnológica do Governo Federal que incidem sobre a Região Bico do Papagaio, executadas pelo IFTO *Campus Araguatins* quanto à promoção do desenvolvimento socioeconômico.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar as políticas de educação profissional do Governo Federal que incidem sobre a Região.
- b) Identificar as políticas de educação profissional inseridas no Plano de Ação do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) *Campus Araguatins*.
- c) Apontar os principais desafios de desenvolvimento da Região.
- d) Situar os cursos oferecidos em relação às demandas socioeconômicas de qualificação regional.
- e) Contribuir com a disponibilização de informações e dados que possam vir a ser úteis ao relacionar cursos do IFTO com o perfil econômico da Região.
- f) Contribuir para divulgar o assunto e auxiliar ações de planejamento e estudos posteriores.

1.3 DELIMITAÇÕES DO ESTUDO

O estudo limita-se à identificação das políticas públicas de educação profissional e tecnológica do IFTO/*Campus Araguatins* e suas sinergias quanto às demandas do perfil socioeconômico.

1.4 RELEVÂNCIAS DO ESTUDO

A relevância deste estudo consiste em poder identificar e refletir sobre as políticas públicas de educação profissional e tecnológica do Governo Federal que incidem sobre o Território Bico do Papagaio, considerando seu contexto agrário; sua base econômica, diretamente ligada ao setor agropecuário; e sua temporalidade educacional.

Além desses elementos, destaca as políticas públicas contempladas no Projeto Institucional do IFTO/*Campus Araguatins*, em seus diferentes níveis de ensino, quanto à existência de sinergia com o perfil socioeconômico na promoção do desenvolvimento regional.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional (2012, p.27), “a educação é não apenas caminho para a competitividade do país como construtora de cidadania”. Os contrastes educacionais entre as regiões, demonstrados pelos indicadores, refletem e limitam a capacidade de desenvolvimento de grande parte da população.

Segundo Kliksberg (2010, p. 229) “[...] a educação representa, para os países, as famílias e os indivíduos, uma forma de acumulação de grande significância para contar com oportunidades de desenvolvimento”. É relevante ainda pelo fato de que a educação representa oportunidades de desenvolvimento das “potencialidades do ser humano”.

Assim, a possibilidade de essas instituições não atuarem com eficiência derruba todos os esforços e investimentos do próprio Governo, que por meio de formulação de políticas públicas tem seus propósitos traduzidos em forma de programas e ações, buscando produzir resultados (SOUSA, 2003).

1.5 ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em seções, iniciadas pela introdução, que envolve a contextualização histórica, delimitação do problema e objetivos da pesquisa, seguidos pelos objetivos gerais e específicos, delimitação do estudo, direcionamento da pesquisa, relevância e organização.

A segunda seção, revisão da literatura, traz o embasamento teórico da pesquisa. A terceira seção descreve a metodologia utilizada. Na quarta seção estão os resultados, e discussões, e na quinta as conclusões. Por último estão as Referências, que encerram o estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção consta a literatura entendida como capaz de apresentar conceitos, posicionamentos e fundamentos teóricos para o embasamento da pesquisa, cujo objetivo principal foi buscar pressupostos técnicos e científicos de sustentação dos argumentos entendidos como fundamentais na discussão do tema proposto.

2.1 DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE

Na sequência serão apresentados resumidamente alguns pressupostos conceituais e desdobramentos referentes ao desenvolvimento, crescimento econômico, desenvolvimento sustentável, atinente às influências educacionais e desenvolvimento regional, entendidos como necessários para embasamento do tema.

2.1.1 Desenvolvimento e crescimento econômico

No período correspondente ao fim da II Guerra Mundial e início dos anos 70, o termo desenvolvimento esteve associado ao crescimento econômico como sistema econômico ligado ao processo de criação e incorporação das tecnologias e ganhos de produção.

Com a constatação de que o crescimento da industrialização por si só não seria capaz de gerar inclusão social suficiente para eliminar a pobreza e combater as desigualdades, passou-se a estabelecer diferenças teóricas e mesmo políticas entre desenvolvimento e crescimento, inclusive com a incorporação de qualificativos ao conceito. Assim, por exemplo, em 1970 o BNDE ganhou um S e passou a ser BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (IPEA, 2009).

Para Furtado (2004), mesmo sendo o crescimento econômico uma condição necessária para o desenvolvimento, não é suficiente para que este ocorra. São direcionamentos diferentes, e o desenvolvimento socioeconômico não deixa dúvida quanto ao fato de que é resultante de opção política orientada para esse fim. Não acontece espontaneamente, mas a partir de projeto expresso da vontade política:

[...] quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. [...] desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade (FURTADO, 2004, p. 484-485).

Veiga (2010, p. 34-56) sintetiza: no “crescimento a mudança é quantitativa, enquanto que no desenvolvimento ela é qualitativa”, e referindo-se a Ignacy Sachs explica que os aspectos qualitativos são de grande peso porque as fontes de produção de meio de vida não devem ser à base de esforços excessivos e extenuantes, trabalho exercido em condições de insalubridade e mal remunerado, inadequação de serviços públicos e moradias sub-humanas.

Sen (2002), ao falar do que seja desenvolvimento foca alguns pressupostos e o coloca como um processo indutor de expansão de liberdades desfrutadas pelas pessoas: liberdades que chamou de substantivas e que estão relacionadas diretamente à pobreza econômica; outras à carência de serviços públicos, assistência social, ou instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem local; outras à negação de liberdades políticas e civis:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2002, p.17-18).

A partir desse ponto é possível compreender o adjetivo sustentabilidade, descrito por Hill *et al.* (2003) *apud* UNESCO (2005, p. 30):

Sustentabilidade refere-se às maneiras de se pensar o mundo e as formas de prática pessoal e social que levam a: indivíduos com valores éticos, autônomos e realizados; comunidades construídas em torno a compromissos coletivos, tolerância e igualdade; sistemas sociais e instituições participativas, transparentes e justas; e práticas ambientais que valorizam e sustentam a biodiversidade e os processos ecológicos de apoio à vida.

Desse modo, é possível compreender que a sustentabilidade está ligada ao processo de qualidade de vida, não a um estado automático e desintegrado, mas a partir de um conceito de desenvolvimento socioeconômico advindo de diferentes fatores ligados à qualidade de vida, tanto pela área ambiental, como pela econômica e social, tudo em função da própria subsistência humana, daí que o desenvolvimento precisa ser sustentável.

2.1.2 Desenvolvimento Sustentável

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu na década de 1980, como resposta à tomada de consciência da necessidade de haver equilíbrio entre progresso econômico, equidade social, preservação do meio ambiente e administração dos recursos naturais.

A tomada de consciência foi enfatizada desde os anos 70, principalmente depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972. Ganhou força mundialmente com o livro *Our Common Future*, publicado em

1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de onde surgiu o conceito: “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades”.

Em evolução constante, o conceito de desenvolvimento sustentável encontra-se firmado em três pilares: sociedade, meio ambiente e economia, áreas que se evidenciam e são evocadas nos discursos internacionais, devidamente ratificadas pela Cúpula de Joanesburgo¹. Estão interconectadas pela dimensão cultural, como “maneira de ser, de se relacionar, de se comportar, de acreditar e agir durante toda a vida, e que está em constante evolução”, bem como por “parâmetros sociais como governança, relação de gênero, organização econômica e participação cidadã” (UNESCO, 2005, p. 18-44).

Sachs (2010, p.10) explica que o adjetivo ‘sustentabilidade’ deveria, segundo ele, ter os seguintes desdobramentos: “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”. Socialmente incluyente na superação das desigualdades sociais entre as nações e dentro delas. Já na escala de tempo da civilização humana, o adjetivo encontra-se condicionado à sua capacidade de submeter-se aos preceitos ecológicos e fazer uso adequado da natureza, pensando no porvir das gerações e na evolução da biosfera e suas complexas relações.

Relações que a própria UNESCO (2005, p.38-42) reforça ao citar que “facilitarão ou dificultarão” o progresso rumo ao desenvolvimento com sustentabilidade, pois nas relações sociais, sejam elas entre as pessoas e instituições, entre a sociedade e os recursos naturais, estão os fundamentos do desenvolvimento sustentável:

[...] relações humanas fundamentadas no próprio interesse (ganância, inveja e ambição pelo poder, por exemplo) mantêm uma distribuição de riqueza injusta, que gera conflito e leva a menosprezar a disponibilidade futura dos recursos naturais. Ao contrário, as relações caracterizadas pela justiça, paz e negociação de interesses mútuos geram mais igualdade, respeito e compreensão. [...] qualidades que irão fundamentar o desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2005, p. 38-42)

Essa linha de pensamento remete aos fundamentos dos quatro pilares da educação ao longo da vida: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, apresentados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século 21 (DELORS *et al* 2010).

¹ África do Sul

Remete, também, à importância dos princípios da educação para o contexto da sustentabilidade, já que eles se inter-relacionam entre si, valorizando as formas de interação entre competências e possibilidades, participação, cooperação e partilha; autonomia, responsabilidade, e valorização das pessoas e do planeta.

2.1.2.1 Educação e Desenvolvimento Sustentável

Em 2002 a Assembleia Geral das Nações Unidas instituiu a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da Resolução nº 57/254, mas a questão de educar para a sustentabilidade tem precedentes históricos e consiste na “reorientação da educação formal, na mudança do padrão de produção e de consumo e na adoção de estilos de vida sustentável” (GADOTTI, 2010, p. 19-21).

Segundo a UNESCO (2005, p. 18-19), educar para o Desenvolvimento Sustentável consiste em refletir sobre a preocupação com uma “educação de alta qualidade”, considerando que mesmo não sendo capaz de solucionar todos os problemas, a educação “nos torna aptos a nos entendermos, a entendermos o próximo e os vínculos que nos unem ao entorno natural e social”. Entendimento devidamente alicerçado no respeito, no senso de justiça e na responsabilidade.

Para Young e Lustosa (2001, p.15), os padrões de consumo de uma sociedade determinam se essa sociedade destrói ou conserva seu meio ambiente, pois de acordo com esses autores, poucos com alto poder aquisitivo, que tenham hábitos de consumo altamente poluentes, contaminam mais do que a maioria da população:

[...] Para uma sociedade mais justa exige, além de redistribuição de renda e riqueza, a modificação nos padrões de consumo, onde o interesse coletivo volte a ser privilegiado sobre o individual, e que a inserção do excluído seja por sua cidadania, e não pelo seu poder aquisitivo (YOUNG; LUSTOSA, 2001, p.15).

Na sustentabilidade está a continuação das civilizações humanas, e é por isso que tanto tem sido evocada, nos discursos oficiais e empresariais, a questão do desenvolvimento sustentável; tudo vai depender da capacidade de as civilizações humanas se submeterem aos preceitos de justiça ecológicos, e de fazer um bom uso da natureza. Visão que induz a pensar nas colocações de Werthein (2005, p.9):

A educação não é somente prioritária, mas indispensável – quando há desafios como pobreza, consumo desordenado, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento da população, desigualdades de gênero e raça, conflitos e violação de direitos humanos (WERTHEIN, 2005, p.9).

Por esse prisma conclui-se que as gerações precisam ser educadas para aprender a viver e a conviver, respeitando o outro em todas as dimensões, pois a elas cabe não só a missão de transmitir conhecimentos, mas também levar os indivíduos a diferentes padrões de tomada de consciência e entendimento sobre si mesmo, os outros, e o mundo.

2.1.3 Desenvolvimento Regional

Geograficamente, o território brasileiro é dividido em macrorregiões: (Sudeste, Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste), mesorregiões, e microrregiões, estas formadas por um determinado número de municípios, que no conjunto originam as mesorregiões, todas definidas de acordo com sua homogeneidade ou estrutura produtiva. A região fica, portanto, definida a partir do conteúdo econômico e de índices intimamente ligados entre si (SOUZA, 2009):

[...] nível de renda (pobreza versus riqueza), estrutura produtiva (base agrícola versus base industrial), estrutura urbana (meio urbano versus meio rural), modos de transportes e a dotação de recursos naturais. Esses elementos estão na base dos conceitos de acessibilidade, economias e deseconomias de aglomeração, entre outros (SOUZA, 2009, p. 21).

Guimarães (1997, p. 473), *apud* Nasser (2000), coloca que estudar a economia no contexto regional vem da necessidade de conhecer suas especificidades produtivas, o que caracteriza a importância da definição do que seja região e regionalização, para assim, a partir de um conceito, aprender a recortar as regiões, assegurando um estudo mais “particular da economia política espacial”.

A partir desses pressupostos, os estudos regionais levam em conta as questões econômicas e estudos comparativos a outras regiões e à própria economia, e, ainda segundo Souza (2009), toda região organiza-se em torno de uma demanda produtiva, com o ritmo de crescimento determinado por essa estrutura, muitas vezes concentrado em polos, que podem exercer efeitos tanto expansivos como de drenagem dos recursos de áreas periféricas, podendo causar desigualdades regionais.

As regiões que apresentam problemas estruturais perdem populações e capitais, produzem desigualdades e disparidades regionais, já que: “cada região tende a crescer em ritmo diferenciado das outras, em função de sua estrutura produtiva e dotação interna de recursos, o que determina suas vantagens locais” (SOUZA, 2009, p. 55).

Para Feijó (2011, p. 27), cada território tem uma vocação econômica, e o processo de desenvolvimento deve buscar a valorização desses atributos, identificando a dinâmica

produtiva e a forma de intervir nessa dinâmica. A intervenção está ligada e dependente de aspectos como: “identidade regional, da iniciativa dos seus habitantes, da existência de certo ‘capital social’, as redes de relacionamentos num ambiente de confiança mútua, e de aspectos de atração ligados ao meio ambiente natural e cultural”.

Dentro da abordagem apontada por Souza (2009), as regiões precisam oferecer incentivos que de fato sejam atrativos, priorizando aqueles que venham maximizar o crescimento econômico e gerar empregos, direcionando, dentro do possível, suas ações e a contenção de fugas de recursos, para que não venham manterem-se num subdesenvolvimento anos a fio.

Nem “todas as regiões conseguem atrair indústrias motrizes, inovadoras e de grande dimensão” já que elas precisam de áreas que forneça os insumos necessários à manutenção de sua competitividade em função dos custos de transporte sobre insumos e produtos. “[...] os incentivos fiscais nem sempre são suficientes para atrair as empresas e criar novos empregos” (SOUZA, 2009, p. 65).

Segundo Rolim e Serra (2009, p. 29-31), na moderna concepção de desenvolvimento regional só terão condições de se desenvolverem as regiões que conseguirem projeto político que agreguem seus diferentes atores, assim como a vertente econômica e os conhecimentos existentes, aumentando sua competitividade.

Os autores apontam que na constituição de um Sistema Regional de Inovação, que de fato venha a impulsionar o desenvolvimento, precisam estar interligados três outros subsistemas: a) financeiro; b) aprendizagem; e c) cultura.

- a) **Financeiro:** sem o qual a inovação ficaria reduzida, especialmente em regiões como predominância de pequenas e médias empresas.
- b) **Aprendizagem:** fundamental, pois restringir o sistema de aprendizagem é o mesmo que restringir o acesso ao conhecimento acumulado, o que significa anulação da possibilidade de gerar algum tipo de inovação. Não se trata de uma aprendizagem que forneça competência no sentido de habilidade para realização de uma tarefa, mas a que produz capacitação.
- c) **Cultura:** no sentido de que precisa ser uma cultura produtiva, aquela que vai determinar o grau de envolvimento local com os arranjos produtivos da região, com o ambiente e atitudes de seus atores em relação ao sistema produtivo decorrentes de uma cultura técnica somada àquela passada de pai para filho.

Esses elementos remetem à problemática da Região em estudo, pela sua localização geográfica e pelo histórico agrário, econômico e social, que destaca diversos motes a serem estudados no contexto de um desenvolvimento econômico limitado pelo baixo nível de renda, de educação, e grande dependência do setor agropecuário, limitado pelo modal rodoviário.

Nesse pressuposto, pensar os motes de desenvolvimento do Território Bico do Papagaio requer a busca por alternativas que venham a fortalecer as cadeias produtivas existentes com conhecimentos científicos e tecnológicos, interagindo os sistemas de aprendizagem com a cultura, buscando crescimento financeiro sustentável no tempo, respeitando o contexto regional.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A seguir serão apresentados resumidamente alguns pressupostos ontológicos e desdobramentos sobre políticas públicas, Estado e Governo, políticas educacionais e conceitos entendidos como necessários para embasamento do tema.

2.2.1 Políticas Públicas

Entender a origem e a ontologia de uma determinada área do conhecimento faz-se indispensável para compreender os desdobramentos, a trajetória e suas perspectivas. Assim, o estudo das políticas públicas por suas especificidades e por não ser foco direto neste estudo, restringe ao entendido como suficiente para introduzir o tema, pois a pesquisa foi direcionada a um tipo específico de política pública: a educação profissional.

Quanto aos desdobramentos originários, segundo Souza (2006) as políticas públicas têm dois pilares: Estados Unidos e Europa. Nos Estados Unidos da América como área de conhecimento e disciplina acadêmica onde, talvez pela tradição, concentrou-se no estudo do Estado e suas instituições, e não na produção dos governos.

Na Europa a área surgiu como um desdobramento teórico explicativo do papel do Estado e de seu cerne – “o governo, produtor, por excelência de políticas públicas”. Somente a partir da “Guerra Fria e da valorização da tecnocracia” é que passou a ser direcionada para a área do governo em si, como uma ferramenta das decisões (SOUZA, 2006, p. 22).

No que seria Estado e Governo, aqui entendido nos termos do definido por Höfling, (2001): o primeiro como o conjunto de instituições que formam a estrutura de poder e possibilitam as ações de governo, por exemplo: órgãos legislativos, tribunais, e exércitos,

entre outros. O segundo, como conjunto de programas e projetos que configuram as políticas de ação do Estado em um período de tempo determinado por um mandato.

Já o termo Política é originário da língua grega, *politikó*, e expressa condição das pessoas livres nas tomadas de decisão das cidades, *pólis*. A palavra pública advém da língua latina, e quer dizer povo, do povo. Assim, a expressão Política Pública, etimologicamente falando, refere-se à participação do povo nas decisões. Essa participação é exercida, de forma direta ou indireta (representação), em diferentes campos, de acordo com o tempo e o lugar, tendo como principal agente o Estado (OLIVEIRA, 2010).

Quanto a conceituá-las, Souza (2003, p. 24) cita que “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja Política Pública” e exemplifica:

Mead (1995)	– “campo de estudo que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”.
Peters (1986)	– “atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”.
Lynn (1980)	– “conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”.
Dye (1984)	– “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Figura 1 – Diferentes definições de Políticas Públicas
Fonte: adaptada de Souza (2003, p.24)

Ao resumir, Souza (2003) explica que mesmo com abordagens diferentes, as teorias e definições para políticas públicas mostram uma perspectiva holística do tema, podendo ser entendida como:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de políticas públicas é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e a ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003 p. 13).

Segundo a autora, pode ainda, dentro de um contexto diferenciador de política, ser caracterizada e sintetizada por alguns pontos diferenciadores:

Permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; [...] envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; [...] é abrangente e não se limita a leis e regras; [...] é uma ação intencional, com objetivos a

serem alcançados; [...] embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; [...] envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p.36)

Para o MEC (2010, p. 19), a política pública apresenta especificidades que lhe são inerentes:

A política pública estabelece-se no compromisso de pensar o todo como aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda de estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras).

Diversidade de atores e níveis de decisão que englobam prospecções, demandas, conquistas sociais, necessidades e opções político-partidárias devidamente demonstradas na Figura 2.



Figura 2 - Fatores influenciadores de políticas públicas
Fonte: Galera (2003, p. 5)

Pontos e especificidades a partir das quais é possível entender as relações de forças e caracterizações existentes na formulação das políticas públicas; compreender as influências dos chamados atores; e o nível de decisão nos diferentes segmentos sociais.

Esses segmentos têm seus motes e interesses muitas vezes divergentes, e precisam ser direcionados de forma que venham a atender e a determinar as ações governamentais como um todo. Essas ações são responsáveis pela busca de superação dos problemas sociais de maior importância para a sociedade, num processo que à medida que orientam, realimentam as políticas públicas (Figura 3).

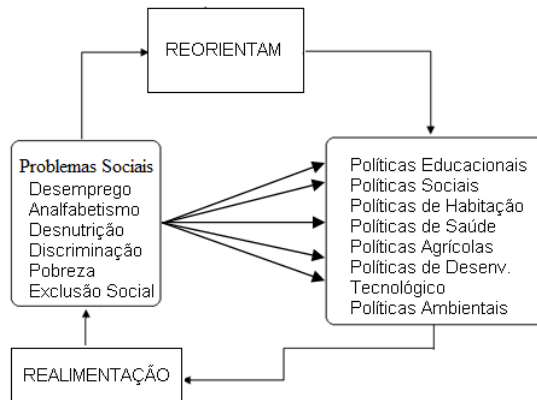


Figura 3 – Problemas sociais que orientam e realimentam as Políticas Públicas
Fonte: adaptada de Galera (2003)

Neste sentido é possível pensar em diferentes problemas sociais que envolvem e interligam as políticas sociais e educacionais, bem como sua importância nas bases de superação nas questões sociais.

2.2.2 Políticas Públicas Educacionais

Ao focar a educação como política pública de inclusão social, Cunha (1993) *apud* Redin e Zitkosk (2006, p.5) conceitua política educacional como:

Conjunto de medidas tomadas (ou apenas formuladas) pelo Estado e que dizem respeito ao aparelho de Ensino (propriamente escolar ou não). Ela visa essencialmente a reprodução da força de trabalho (mediante a escolarização e qualificação); a formação de intelectuais (em diversos níveis); a disseminação da concepção de mundo dominante (com vistas a contribuir para a legitimação do sistema político e da sociedade estabelecida); (...) além da evidente regulação dos requisitos necessários ao funcionamento do sistema educacional (CUNHA, 1993 *apud* REDIN; ZITKOSK, 2006, p.5).

Como políticas de governo, na afirmativa de Matsuura (2003), a educação possui responsabilidades que a torna reconhecida e obrigação dos governos, que precisam fazer com que seja acessível a todos, de interesse das sociedades, e exigência do progresso e do desenvolvimento econômico e social.

Em relação à educação profissional e tecnológica, a partir da Lei nº 11.892/2008, na visão de Pacheco (2011), passa a ter nova face, marcada por sua resiliência quanto às necessidades endógenas, e não mais exclusivamente ao traçado de uma política de governo.

Na visão do MEC (2010), a educação profissional e tecnológica, como política pública institucionalizada pelos Institutos Federais (IFs), tem novas especificidades:

[...] os Institutos Federais como política pública representa trabalhar na superação da representação existente (de subordinação quase absoluta ao poder econômico) e estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública, com singularidade que lhe são bastante próprias, passando a atuar como uma rede social de educação profissional e tecnológica (MEC, 2010, p.21).

2.2.3 Políticas Públicas de Educação e a Qualificação Profissional

No geral, a educação escolar busca a formação plena dos indivíduos e a partir disso possibilita o acesso a diferentes saberes, “seja por propiciar-lhe o acesso aos conhecimentos disciplinares, seja por entender que é parte dessa formação a compreensão do contexto em que o exercício da atividade profissional se realiza ou se realizará”. Cabe às Políticas de Educação Profissional, na condição de recorte, atuar de forma específica na questão profissional em sentido estrito, e complementar a educação escolar em seu sentido amplo (FERRETTI, 1993, p. 402).

Ferreti e Silva Junior (2007) especificam que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico do MEC/CNE trazem no cerne a questão da Qualificação Profissional inserida no contexto das transformações capitalistas no Brasil, o que caracteriza a educação profissional a partir do contexto econômico, político e social. Cenário a partir do qual a formação técnica e a qualificação dos trabalhadores são incentivadas pelo governo como forma de atender às demandas do processo de industrialização e modernização do País.

Esse processo, segundo o MEC (2005, p. 98), iniciou-se no século XX com a expansão da “rede de escolas técnico-profissionais públicas”, mais os serviços setorizados a partir da década de 40:

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) ligado ao setor industrial;
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) para o setor de comércio e serviços;
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) setor agrícola;
- d) Serviço Nacional de Transportes (SENAT); e
- e) Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) direcionado ao atendimento e ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas e novos empreendedores.

Essas Instituições estas todas voltadas a acompanhar, por meio dos seus cursos, os processos de expansão e diversificação econômica, bem como as mudanças nas tecnologias de produção.

Durante um longo tempo a estrutura ocupacional contava com trabalhadores braçais, trabalhadores semiquilificados, trabalhadores qualificados, técnicos especializados, engenheiros e administradores [...] Os novos modos de organização da produção, combinados com as crescentes inovações tecnológicas, requerem que todos os trabalhadores contem com escolaridade básica e com adequada e contínua qualificação profissional (MEC, 2005, p. 98-99).

Trata-se de pressupostos indutores do entendimento do que seja a qualificação profissional - uma espécie de bússola norteadora da educação profissional em todas as suas nuances e pressupostos, tanto local como regional e ou nacional em diferentes ponderações.

Segundo Ferretti (1993, p. 90), a Qualificação Profissional, mesmo estando sujeita acaba convergindo para o que chamou de qualificação profissional do indivíduo:

Alguns a definem a partir da formação profissional; outros o fazem da experiência profissional; outros ainda conceituam-na a partir da hierarquia dos postos de trabalho; e, finalmente, outros a definem a partir da articulação de diferentes saberes do trabalhador (FERRETTI, 1993, p. 90).

Visões e ponderações a partir das quais a qualificação profissional dos indivíduos se baseia e fixa sua importância no ato de fornecer preparação a esse trabalhador, e, a partir dela estar apto a inserir-se ou permanecer no mercado de trabalho. Cerne este em que estão focadas as instituições de educação profissional, cujo desafio está na oferta de qualificação coerente com os padrões de exigências do mercado de trabalho, com qualidade diante do rápido processo em ocorrem as mudanças.

Como afirmam Alves e Vieira (1995), o processo de modernização em si está ligado tanto pelas inovações tecnológicas quanto pelos processos organizacionais e gerenciais, que a cada dia exigem melhor e maior qualificação profissional dos trabalhadores para usufruir de empregos com qualidade e garantir o sucesso para o processo de modernização produtiva.

Esse contexto é desafiador para o mercado de trabalho em função do evidente ritmo acelerado dos processos de modernização, que induzem as empresas a adotarem modernos processos de produção e, portanto, precisam de qualificação profissional condizente com as exigências.

Essa perspectiva vem ao encontro do que apresenta o IPEA (2007) quanto à qualificação dos trabalhadores, aqui focada no que cabe à Região Norte, onde é possível visualizar déficit entre a oferta e a demanda de mão de obra qualificada (Tabela 1 e Figura 4).

Tabela 1- Saldo entre oferta de mão de obra e demanda de empregados qualificados e com experiência profissional

Região	Oferta de mão de obra qualificada	Demanda de empregados formais	Saldo entre oferta e demanda
Norte	69.940	99.031	-29.091
Sul	227.817	254.152	-26.335
Centro-Oeste	110.611	124.058	-13.447
Sudeste	886.788	868.920	17.868
Nordeste	380.912	245.886	135.026
Brasil	1.676.068	1.592.047	84.021

Fonte: Elaboração IPEA a partir de microdados Pnad/IBGE e CAGED-Rais/MTE, excluída a zona rural da Região Norte, exceto Tocantins (2007). *In* INDICADORES, Trabalho: Mapa do Emprego no Brasil

A partir desse ponto tornam-se nítidas as disparidades tanto na questão geográfica como na questão numérica entre as Regiões. A Região Norte, mesmo não sendo tão populosa quanto as outras é a que apresenta o maior índice de falta de mão de obra qualificada (Figura 4).

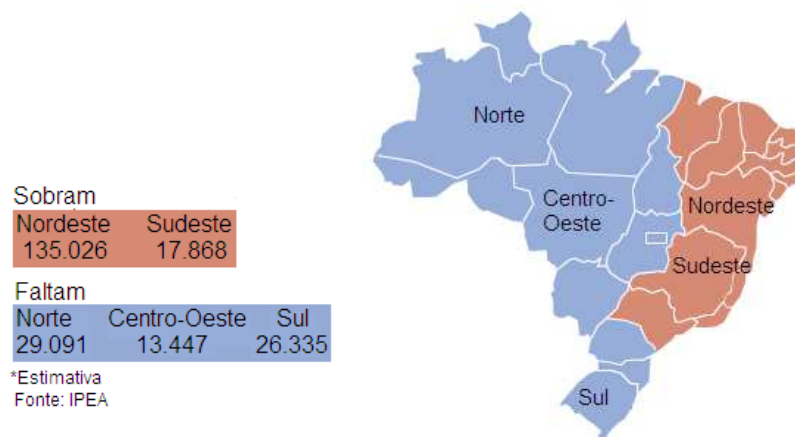


Figura 4 – Onde falta e onde sobra mão de obra qualificada (*)

Fonte: IPEA. Elaborada a partir de microdados Pnad/IBGE e CAGED-Rais/MTE, excluída a zona rural da Região Norte, exceto Tocantins (2007) *in* INDICADORES Desafios 2007, Trabalho: Mapa do Emprego no Brasil

De acordo com o MTE (2003), o fator trabalho, educação e desenvolvimento, como Políticas Públicas de Qualificação Profissional, tem no trabalho valor estruturante de cidadania e na qualificação uma política de inclusão social de suporte indispensável ao desenvolvimento. Esse pressuposto é entendido como indispensável às contribuições do IFTO *Campus* Araguatins quanto ao desenvolvimento socioeconômico do Território Bico do Papagaio e toda a Região Norte.

2.3 EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

As transições pelas quais têm passado povos e nações reiteram questões e novas perspectivas para a vida humana e suas relações, sejam locais, nacionais e/ ou globais nestes

novos tempos. Questões entre as quais se encontra a educação, que precisa atuar alicerçada em novos paradigmas e novas agendas políticas.

A esse respeito são oportunas as colocações de Pretto (1999, p.17): “o processo histórico do desenvolvimento da ciência e da tecnologia universalizou o homem moderno, criando condições para que ele seja, ao mesmo tempo, universal e tribal (não-local e local)”, evidenciando assim as novas demandas em que devem estar pautadas as políticas educacionais no mundo globalizado.

Segundo Morin (2010, p. 14) o “desafio da globalização é também um desafio de complexidade”. Exige uma educação diferenciada, uma educação qualquer, mas uma, como ele mesmo enfatiza, que favoreça a “aptidão natural da mente para colocar e resolver os problemas e, correlativamente, estimular o pleno emprego da inteligência geral”.

Brüseke (2010, p.4-15) diz: “a sociedade moderna promove uma nova ordenação de tempo, afastando-o dos ciclos ‘lentos’ pela aceleração dos processos”. Processos que segundo ele é “lógica intrínseca” do capitalismo industrial que introduz e globaliza, numa ordem de tempo de autoaceleração.

Para Durkheim (2011), todas as sociedades, em seu tempo e desenvolvimento, têm um sistema educacional adaptado às suas necessidades, e se a educação não é mais estreitamente nacional, em função de como as nações estão se constituindo no mundo globalizado, ela mesma deve formar o homem que essa sociedade quer que ele seja dentro das exigências de sua visão, e justifica:

Nas pólis gregas e latinas a educação ensinava o indivíduo a se subordinar à coletividade. Hoje ela tenta transformá-lo em uma personalidade autônoma. Em Atenas buscava-se formar intelectos finos, perspicazes, sutis, amantes de proporção e harmonia, capazes de gozar da beleza e dos prazeres da pura investigação; em Roma desejava-se antes de tudo que as crianças se tornassem homens de ação, apaixonados pela glória militar, indiferentes a tudo o que envolve as letras e arte. Na Idade Média, a educação era acima de tudo cristã; no Renascimento, ela adquire um caráter mais laico e literário; hoje a ciência tende a tomar o lugar que a arte ocupava antigamente (DURKHEIM, 2011, p. 46)

No entanto, o autor ainda especifica que no contexto histórico de formação dos sistemas educacionais é inegável que esses sistemas refletem nossa história e a história dos povos que nos precederam, mesmo que se possa pensar que “se a educação mudou, é porque os homens se enganaram sobre o que ela deveria ser”. Muito mais importante é pensar no que ele nos faz refletir: “de que adianta imaginar uma educação que seria fatal para a sociedade que a colocasse em prática”, e argumenta (DURKHEIM, 2011, p. 46-47):

Se a educação romana tivesse sido marcada por um individualismo parecido com o nosso, a polis romana não teria podido se manter; a civilização latina, e conseqüentemente a moderna, que em parte deriva daquela, não teriam podido se constituir. As sociedades cristãs da Idade Média não teriam podido sobreviver se tivessem concedido à reflexão livre a importância que damos hoje (DURKHEIM, 2011, p. 46-47).

Diante dessa perspectiva, é possível compreender o processo de formação e evolução das políticas de educação, seu foco, debates e críticas em todo o seu processo de configuração e estruturação no desenvolvimento socioeconômico. Processo que as tem conduzido com diferentes configurações frente às constantes mudanças advindas do sistema produtivo e evolutivo dos países.

Essa evolução, de acordo com Wermelinger, Machado e Amâncio Filho (2007, p.212), permite quantificar e qualificar a partir do que chamaram de “uma espécie de ambiência, equivalente a um contínuo processo de mutação”, e é ainda possível compreender a perspectiva e a importância de educar para as novas questões sociais, pelas novas exigências que se faz veemente nos dias atuais.

Em todo caso, pensar na evolução a partir da história das civilizações é pensar na educação do homem como uma espécie em evolução, é recorrer ao passado para desmistificar a ideia de que o homem é transcendente de uma cultura outorgada no comportamento natural, é fazer o que acredita ser melhor para o bem-estar de sua época e do tempo em que está vivendo.

Considerá-la fruto de sua própria inteligência justifica, na visão de Durkheim (2011), o fato de nos dias atuais haver a necessidade de pensar na educação a partir de uma visão amplificada e global.

Essa atitude torna evidente a necessidade de pensar numa política de desenvolvimento ideal para todos, e mostra que nesses novos tempos a educação precisa estar embasada e estruturada para atender pressupostos requeridos pela globalização, evolução e permanência da humanidade como processo de desenvolvimento que incorpore as liberdades substantivas já mencionadas, defendidas por Sen (2002), entre as quais se encontra a educação, como aquela que alicerça todo e qualquer processo de desenvolvimento.

Aqui, mais uma vez, conduzindo o entendimento da importância do IFTO para o desenvolvimento do Território Bico do Papagaio, por sua diferenciação de atuação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, voltados às demandas existentes.

2.3.1 Nível Educacional e o Desenvolvimento Socioeconômico

O nível educacional de um povo depende do quanto seu país investe em educação num processo contínuo década a década, embora sua demanda, assim como sua formação, depende do grau de complexidade da tecnologia e da rapidez com que ocorrem as mudanças no contexto do desenvolvimento.

Quando o processo de mudança é pouco, torna-se possível ensinar o serviço, mesmo para quem não disponha de certo nível de educação, no entanto, quando há mudança permanentemente na tecnologia e nos equipamentos, como se apresenta neste século, a capacidade de adaptação fica condicionada ao nível de escolaridade, em função do fato de a educação promover no indivíduo condições para continuar aprendendo o novo em ritmo aceitável (IPEA, 2006).

Barros e Mendonça (1997, p.1) explicam que investimentos em educação geram importantes efeitos privados somados a uma série de externalidades. No direcionamento dos efeitos privados estão, por exemplo, a elevação dos salários em função do aumento da produtividade; o aumento da expectativa de vida, em consequência da eficiência do uso dos recursos familiares; e a redução do grau de pobreza futura, pela qualidade de vida. São, portanto, várias as dimensões dos efeitos dos investimentos em educação, embora difíceis de estimar.

O fato de o impacto direto da educação sobre importantes variáveis não-econômicas ser tão ou mais importantes que seu impacto sobre as variáveis econômicas revela que investimentos em educação têm importantes externalidades sociais que tornam o subinvestimento em educação, ainda mais penoso para o desenvolvimento humano de uma sociedade (BARROS; MENDONÇA, 1997, p.7).

As externalidades sociais e variáveis não-econômicas estão devidamente confirmadas nas colocações de Kliksberg (2010, p. 289), ao citar que dentre os “investimentos preventivos de maior impacto em relação à delinquência é a educação”. Ao fazer referência aos estudos comparativos baseados em levantamento de dados sobre a América Latina em países como Argentina e Peru, reforça: “na Argentina verificou que apenas 5% dos presos tinham o secundário completo”. [...] no Peru, “enquanto 67% da população concluem o secundário, nas prisões a taxa era de 61%, e de 22% no caso do ensino primário”.

Esses pressupostos apontam as importantes vertentes em que a educação serve de alicerce indutor de superações de desigualdades tão evidentes na sociedade brasileira e no Território Bico do Papagaio, por suas peculiaridades advindas por diferentes contextos

econômicos, sociais e ambientais. É veemente a superação da defasagem educacional para que ocorra desenvolvimento socioeconômico.

Tanto Sen (2002) como o IPEA (2006), embora se referindo a contextos diversos, o primeiro do geral e o segundo mais especificamente de Brasil, veem um parâmetro em que a educação precisa ser vista como base para muitas vertentes, e mesmo sendo difícil de quantificar, remetem às colocações de Barros e Mendonça (1997, p.7), “subinvestimento em educação” é um dos mais penosos danos para o desenvolvimento humano.

Sen (2010, p. 101-102) explica que mesmo a renda sendo apenas uma entre muitas variáveis, “é inquestionavelmente um determinante básico (da sobrevivência ou morte) da qualidade de vida de uma pessoa”. Assim, o desenvolvimento como um processo de crescimento econômico, segundo ele, “precisa ter ampla base participativa e possuir orientação para o emprego e se expandir para os serviços sociais como saúde de educação”.

Dimensões que o IPEA (2006) reforça ao apontar:

Os analfabetos terminam sua vida produtiva com praticamente o mesmo nível de rendimento com que começaram a trabalhar, isto é, a curva é quase paralela ao eixo do tempo. Os que têm o fundamental começam com um pouquinho mais de rendimento e vão aumentando seus salários pela vida afora, porém em ritmo lento. Os que completaram o médio, embora tenham adiado sua entrada no mercado de trabalho para continuar na escola, aceleram os acréscimos de rendimento ao longo de suas vidas. Para quem obteve o diploma superior, o perfil idade-renda é ainda mais inclinado (IPEA, 2006, p.124).

Sachs (2004), no mesmo entendimento dessa importância, coloca que a educação é indispensável para o desenvolvimento pelo seu valor instrumental em relação à empregabilidade, e principalmente pelo que lhe é intrínseco, que é o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos, o aumento da adaptabilidade e o sentido de autonomia, autoconfiança e autoestima.

Em relação ao valor instrumental, suas colocações apontam a educação como condição necessária, mas deve estar associada a políticas de desenvolvimento. O autor não a visualiza como uma panaceia, o remédio pretensamente eficaz contra todos os males. O desenvolvimento faz parte de um processo que, ainda segundo o autor, tem duas vertentes que devem estar em sinergia: a vertente econômica e a social.

Para Sachs (2004, p.119), na vertente de nível econômico entra a questão do “diversificar e complexificar as estruturas produtivas, logrando, ao mesmo tempo, incrementos significativos e contínuos da produtividade de trabalho, base de aumento do bem-estar.”. No que se refere ao nível social, à questão, como ele mesmo coloca, consiste em

promover a homogeneização da sociedade reduzindo as distâncias sociais abismais que separam as diferentes camadas da população.

De acordo com o IPEA (2006, p. 123), mesmo países como a ex União Soviética, que com grau de excelência no sistema educacional, limitações na economia e na política, bloquearam o crescimento do País por muitos anos, e a Argentina, que apesar de ter boa educação foi levada à estagnação econômica pela crise política, não são justificativas aceitáveis para negligenciar a educação em função de transtornos ou disfunções políticas ou mesmo econômicas, que levam à estagnação qualquer processo de crescimento.

[...] boa educação não vacina o país contra crises e desmandos, entre muitas outras possibilidades que podem travar o seu crescimento. [...] instrutivo é o fato singelo de que não há hoje um único país de rápido crescimento que seja displicente com a educação e [...] restrições na quantidade, na qualidade e na distribuição da educação são severos condicionantes do crescimento (IPEA, 2006, p. 123).

O que reforça as colocações de Souza e Oliveira (2006, p. 121) ao destacarem:

Países que apresentam altos índices de crescimento econômico, em geral, também possuem altos índices de investimento em educação e treinamento da força de trabalho. Pode-se dizer, em outras palavras, que esses países investem tanto em pesquisa tecnológica, como em capital humano.

O Brasil, mesmo podendo apontar quadros de nível educacional considerável, de acordo com Santos (2006), enfrenta alguns desafios, e para superá-los é relevante o papel da educação. Entre os desafios se podem citar: desigualdades sociais e econômicas, associadas a um lento progresso acadêmico; e discrepâncias no fator idade e série escolar, acrescidas de taxas altas de absenteísmo e de reprovações ano a ano. As últimas consideradas pelo próprio MEC (2005) os principais desafios do setor.

Frigotto (2010, p. 25) cita que um dos equívocos da educação brasileira é não ser entendida como “constituída e constituinte de um projeto, situado em uma sociedade cindida em classes, frações de classe e grupos sociais desiguais e com marcas históricas específicas divergentes”. Equívoco que, segundo ele, é explicado nas diferentes visões educacionais.

Assim, na visão iluminista educação “é concebida como o elemento libertador da ignorância e constitutiva da cidadania”; na visão do economicismo “é propalada como capital humano e produtora de competência”, a solução para o atraso e responsável por colocar o país entre os desenvolvidos, bem como “faculta mobilidade social”. Já na visão reprodutivista, se “reduz a uma força unidimensional do capital” (FRIGOTTO, 2010, p. 25).

No entanto, as mediações educacionais entre cada uma é condicionada às relações de poder conjuntural e estrutural do momento político:

a educação básica, superior e profissional se definem no embate hegemônico e contra-hegemônico que se dá em todas as esferas da sociedade e, por essa não pode ser tomada como um fator isolado, mas como parte de uma totalidade histórica complexa e contraditória (FRIGOTTO, 2010 p. 25).

Na série ‘Brasil: o estado de uma nação’, e no documento ‘Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios’, dados do IPEA (2006, p.121) situam que a educação está relacionada à remuneração tanto quanto ao desemprego dos indivíduos. No caso do Brasil, reforça o órgão, estudos comprovam que a cada nível a mais de estudo o acréscimo de renda chega a ser superior 10%:

Em 2002 um indivíduo com nível médio incompleto tinha 17,6% de probabilidade de estar desempregado. Ao completar o ensino médio, suas chances de desemprego caíam para 10,9%, caso tivesse o superior incompleto, o índice era de apenas 5,4% (IPEA, 2006, p.121).

Essas perspectivas estão devidamente ratificadas nas constatações da CEPAL *apud* Kliksberg (2010, p. 150), quando afirma: “As deficiências educacionais condenam os jovens ao desemprego ou às ocupações informais e outras de baixa produtividade, reproduzindo-se as armadilhas da transmissão geracional da pobreza”.

Assim, na persistência de argumentos que neguem a questão da influência da educação no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), por entendimento de que não esteja “cabalmente demonstrada” essa relação de causalidade ‘educação - renda *per capita*’, o IPEA (2006) faz referência a estudos como os de Hannum e Buchmann (2003), Bailey e Eicher (1993), Krueger e Lindahl (2004), e Barro e Lee (2000, p. 13) e explica que países com mais excelência em educação têm maior rendimento, e ainda que a educação influencia o crescimento do PIB *per capita*, inclusive no Brasil.

Ao referir-se a Souza (1999), o IPEA cita que estudos equivalentes, tendo como fator predominante o capital humano no crescimento do PIB, detectaram que cada adicional de escolaridade média por unidade da federação (UF) está associado a um aumento que varia de 36% a 38% do PIB.

Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 5), ao fazerem referência à educação e desigualdade, mesmo entendendo que envolvem “complexas dimensões sociais, econômicas e culturais”, as defasagens, absoluta e relativa, no nível escolar da população brasileira têm explicado de forma significativa, a desigualdade de renda existente no País:

A heterogeneidade na escolaridade da força de trabalho, por um lado, representa o principal determinante do nível geral da desigualdade salarial observada e, por outro, aparenta explicar, de forma significativa, o excesso de desigualdade do país em relação ao mundo industrializado (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2002, p. 5).

Essa perspectiva se encontra devidamente demonstrada pelo IPEA (2006), na Figura 5, ao comparar os desníveis existentes entre a renda individual, familiar e a formação educacional.

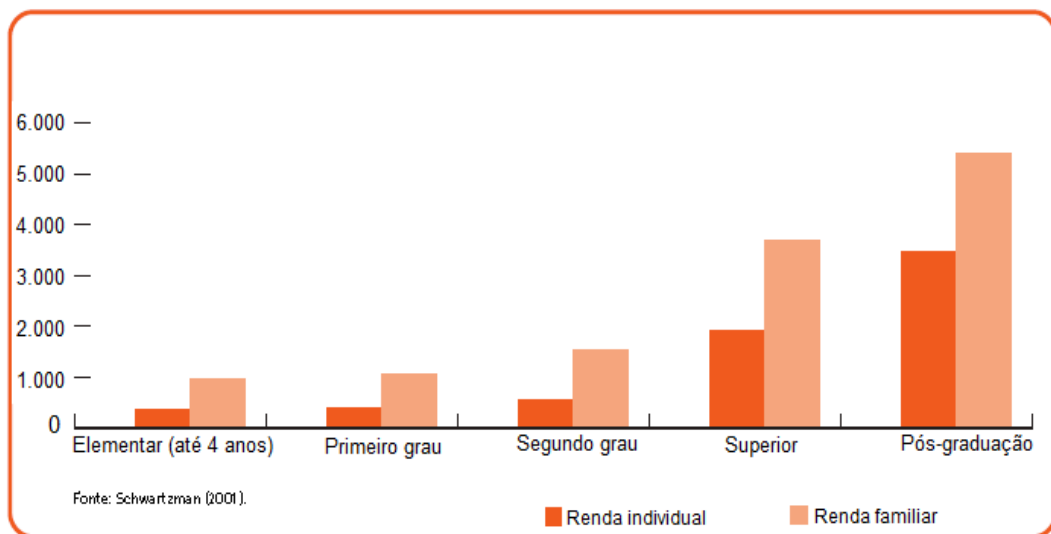


Figura 5 - Renda individual de todas as fontes e renda familiar de pessoas com diversos níveis educacionais

Fonte: IPEA (2006)

Ao comparar a perspectiva do contexto nacional do IPEA (2006) com dados da SEPLAN (2011) sobre o Bico do Papagaio em Tocantins, com base na pesquisa por amostragem nos municípios de Araguatins, Tocantinópolis, Augustinópolis, e Sítio Novo do Tocantins, é possível detectar altas porcentagens de pessoas com 2º grau completo e incompleto e renda de até dois salários mínimos (Figuras 6 e 7).

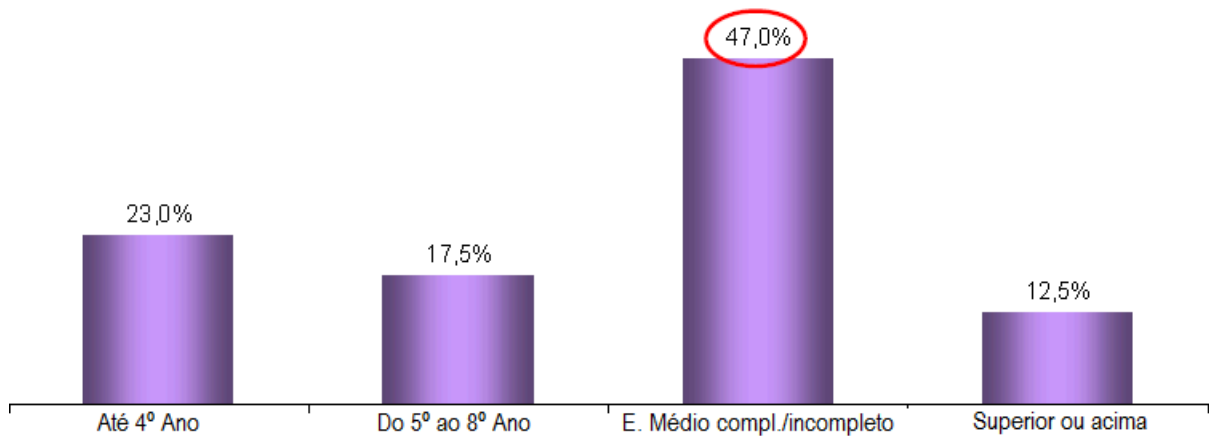


Figura 6 - Nível Escolar Microrregião Bico do Papagaio Tocantins
 Fonte: Vetor Pesquisas para Agenda Tocantins (2011) SEPLAN

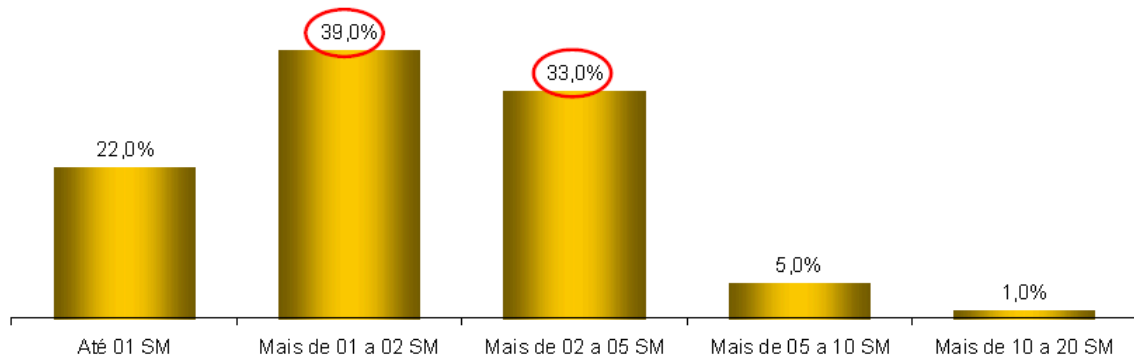


Figura 7 - Renda familiar Território Bico do Papagaio Tocantins
 Fonte: Vetor Pesquisas para Agenda Tocantins (2011) SEPLAN

Essas observações remetem aos pressupostos de Sen (2002) em relação ao desenvolvimento com liberdade, que embora tenha diferentes vertentes interligadas é ainda fortemente associado à expansão em massa do nível educacional das populações, como um dos vetores de oportunidades sociais.

É possível, portanto, compreender que a educação escolar não é mais entendida como um fim em si mesmo, mas uma oportunidade de desenvolvimento direcionado, firmado nos preceitos de inclusão social em benefício das políticas públicas de desenvolvimento em todas as vertentes.

2.4 PANORAMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

Em 100 anos (1909-2008) de reestruturação, a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (Figura 8) deixa de ser instrumento de política voltado para as classes desprovidas para, na visão do governo, ser uma política de gestão que busca por resposta “ágil, eficaz, às demandas crescentes de formação profissional, difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais” sem perder a dimensão universal (MEC, 2010, p.3).

Na concepção das políticas do governo, a proximidade desse direcionamento educacional com a realidade local e regional, sob um olhar criterioso, busca “soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação” (MEC, 2010, p.21).

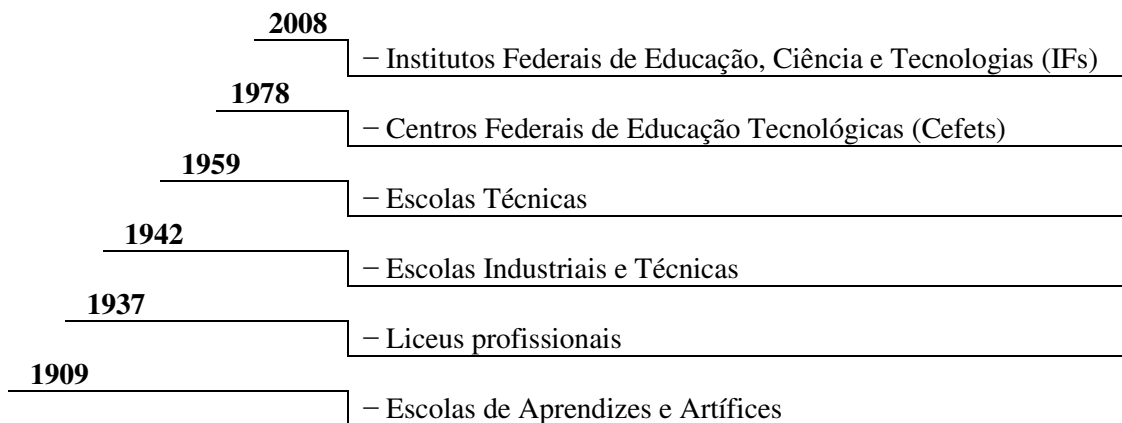


Figura 8 – Panorâmica da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil
Fonte: adaptada do MEC (2010)

Pontos em que são visualizadas as escalas de mudanças e evolução da Educação Profissional no Brasil, nos diferentes motes demonstrados até mesmo pela denominação recebida no decorrer de sua história no processo de desenvolvimento do país.

2.5 REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

De acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
 IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais. (...)

A denominação de Rede, especificada na Lei 11.892/2008, representa a forma e a estrutura de organização e funcionamento, que englobou 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets); 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDs); 39 Escolas Agrotécnicas; sete Escolas Técnicas Federais; e oito Escolas Técnicas vinculadas a Universidades.

Essas Escolas Técnicas, transformadas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, totalizam 38 Institutos, distribuídos em todos os Estados da Federação, somados a dois Cefets, 25 escolas vinculadas a Universidades e uma Universidade Tecnológica que, apesar de não terem aderido à transformação em Institutos, fazem parte da grande Rede Federal de Educação Tecnológica (Figura 9) (MEC, 2010).

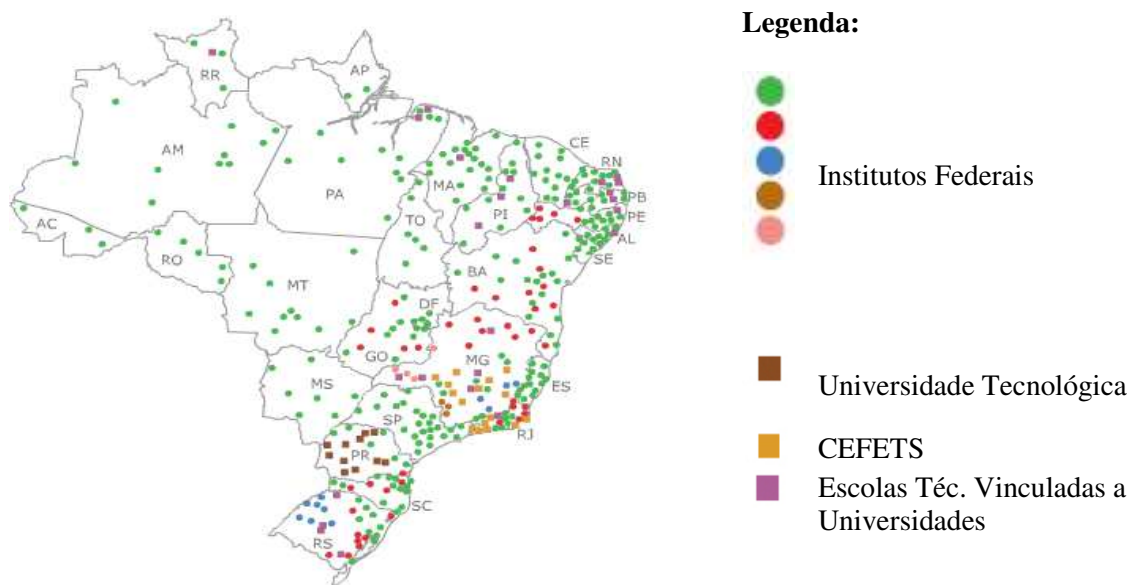


Figura 9 - Rede Federal de Educação Tecnológica no Brasil
 Fonte: MEC [site] (2012)

O termo federal advém do fato de serem mantidas pelo Governo Federal e estarem presentes em todo território nacional. Em relação à palavra educação, acompanhada dos adjetivos “profissional, científica e tecnológica”, é em função do seu mote ser a profissionalização, na dimensão da ciência e da tecnologia, associando prática e teoria (VIDOR *et al*, p. 47).

2.5.1 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Governo entende haver criado um novo conceito de política pública para o setor, mesmo tendo sua identidade estabelecida como federais, por se fazerem presentes em todo o território nacional, ou ainda por serem mantidos pelo orçamento central, agora alargado no sentido do comprometimento social.

Trata-se do comprometimento como agente de fundação de igualdade na diversidade, seja ela social, econômica, geográfica ou cultural, a partir de sua articulação com as políticas, como, por exemplo, de trabalho e renda, desenvolvimento setorial, ambiental, social e educacional, de forma a provocar impactos nesse universo tão diversificado da sociedade brasileira (MEC/SETEC, 2008).

Em nova modelagem, os Institutos Federais (IFs) se diferenciam por articular educação superior, básica e profissional pluricurricular e *multicampi*, consolidando assim, de forma ampla, seu papel social visceralmente vinculado ao bem comum, tendo como abrangência territorial de ação a dimensão mesorregional de localização na estrutura *multicampi*, podendo ir além dela, quando se concebe sua atuação em rede:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Na condição de fornecedoras de educação profissional e tecnológica, devidamente comprometidas com o desenvolvimento local e regional, é imprescindível a essas instituições, como parte de seu DNA, conhecer a vocação produtiva local, e investir o potencial técnico e acadêmico na formação e inserção de mão de obra qualificada neste mesmo espaço, agora com novos saberes estrategicamente consubstanciados no perfil da região de abrangência em todas as suas vertentes, sejam elas: econômica, social e cultural (MEC, 2008).

Se for defensável que as políticas para a educação profissional e tecnológica devem ter um preceito os interesses da sociedade, e se for defensável também que é função precípua dos Institutos Federais atuar a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada para atuação dos Institutos Federais, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes (MEC, 2008 p. 37).

Esses focos, como já colocado anteriormente, deram origem ao problema desta pesquisa a partir das especificidades do contexto local, já que o Instituto, por sua estrutura

multicampi, atua em diferentes contextos de desenvolvimento, especificamente o desenvolvimento local, aqui entendido por Buarque (2002, p. 26) como um “processo endógeno de mudanças, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Desenvolvimento local que, como ele ainda coloca na questão sustentabilidade, precisa mobilizar explorar e conservar os recursos naturais:

Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição pra a qualidade de vida da população local (BUARQUE, 2002, p. 26).

A UNESCO (2005, p. 47-48), ao enfatizar a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento sustentável, explica que a educação que viabiliza o acesso à ciência e à tecnologia deve defender também os critérios de como serão usadas localmente, pois: “a aplicação errônea da ciência e tecnologia pode anular os esforços simultâneos de proteger o meio ambiente e prover as necessidades pessoais e econômicas da população”. Isso porque a ciência é responsável em “fornecer, às pessoas, meios para entender o mundo e seu papel nele. [...] A tecnologia proporciona às pessoas as ferramentas necessárias para que sejam capazes de mudar sua situação graças a aprendizagem de suas aplicações”.

Essa visão, que no cerne da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política de governo para a educação profissional e tecnológica em si, já aborda a questão do desenvolvimento local e regional como um de seus motes a partir de necessidades endógenas do território de inserção, o que coloca em seu cerne um modelo de educação não como mera instrumentalizadora, mas como potencializadora, fornecendo ao indivíduo condições para desenvolver-se de forma interativa com sua realidade:

Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o desconhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a tornar-se credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional (MEC 2008, p. 23).

Para Machado (2010), a educação profissional tem especificidades que visam o desenvolvimento de competências que interessam aos indivíduos, às empresas, à sociedade e aos governos, com um ensino-aprendizagem contextualizado e significativo para as necessidades humanas e sociais.

De acordo com Pessotti (1995), a importância das instituições que oferecem ensino ligado ao setor agropecuário, por exemplo, baseia-se no fato de o ensino agrícola ser alternativo para o aprimoramento das condições de melhoria do conhecimento cultural e desenvolvimento do homem do campo, que não tem conhecimentos necessários para realizar com eficiência sua tarefa e necessita acompanhar e incorporar de forma adequada o processo produtivo.

Esses são pontos a partir dos quais são significativas as colocações de Vale (1996, p.20) sobre as necessidades sociais:

A alimentação, a moradia, o emprego, a saúde e a educação escolar se alinham como os principais bens sociais que o povo reconhece como prioridades sociais; sem alimentação adequada para todos, sem emprego que permita uma subsistência digna, sem o bem estar físico e psíquico, sem instrução significativa que beneficie a todos fica difícil pensar numa sociedade equilibrada e menos desigual (VALE, 1996, p.20).

Essas perspectivas tornam ainda mais relevantes as colocações de Buarque (2002, p.27), ao citar que para o desenvolvimento local ser sustentável precisa haver interação e sinergia entre “qualidade de vida da população local; redução de pobreza; geração de riquezas e distribuição de ativos, eficiência econômica com agregação de valor nas cadeias produtivas”, mediadas por governança eficiente.

Para tornar evidentes os dados aos quais se referem tais considerações, a referida pesquisa não só contempla as reflexões acerca dos temas que envolvem as questões político-educacionais da Região, como todo o processo de crescimento, desenvolvimento e permanência de evidências econômico-sociais que estão inseridas no contexto educacional da população.

3 MÉTODO

A ciência se caracteriza e se distingue das outras formas de conhecimento por sua fundamentação e principalmente por sua verificabilidade, a partir de operações mentais e técnicas, denominadas métodos, que são definidos como “procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica”. São, ainda, determinados a partir da natureza do objeto pesquisado, do nível de abrangência do estudo, dos recursos materiais, e da filosofia do pesquisador (GIL, 2010, p. 9).

Para Marconi e Lakatos (2009), nem todo estudo que se utiliza de métodos é ciência, mas a ciência se caracteriza pelos seus métodos científicos, e, como tal, um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com segurança e economia, permitem que os objetivos sejam alcançados, partindo sempre de uma interrogação, de uma necessidade ou de um problema e finalidade.

Em relação a esse pressuposto, Gil (2010, p.27) coloca que o objetivo fundamental de uma pesquisa “é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”, tendo seu tipo determinado pelo objeto pesquisado.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para a execução de um trabalho científico, vários tipos de pesquisa são escolhidos no intuito de levantar o maior número possível de informações, tanto para o embasamento teórico quanto para a comprovação da hipótese. Nesse contexto, a presente pesquisa se classifica como estudo de caso exploratório e descritivo, quanto ao objetivo; bibliográfica do tipo documental quanto aos procedimentos; e qualitativa quanto à natureza.

3.1.1 Quanto aos Objetivos: a pesquisa é exploratória e descritiva. Segundo Marconi e Lakatos (2009), esse tipo de pesquisa tem como objetivo conseguir conhecimento ou informações sobre um problema, novos fenômenos ou as relações entre eles, aplicando-se a este estudo em função de buscar as relações existentes entre os portfólios regionais e as políticas públicas de educação profissional e tecnológica.

Ainda segundo Marconi e Lakatos (2009), o objetivo da pesquisa exploratória é a formulação de problemas e conceitos que venham conduzir o pesquisador no ambiente. Justifica-se neste estudo por pretender verificar, sob a ótica das políticas públicas de educação profissional e tecnológica, a existência de sinergia entre as especificidades da Região na promoção do desenvolvimento regional.

3.1.2 Quanto a Fonte de Dados

A pesquisa é bibliográfica do tipo documental e estudo de caso. Segundo Yin (2005), *apud* Gil (2010, p. 37), o estudo de caso, como uma modalidade de pesquisa, durante muito tempo foi considerado um procedimento pouco rigoroso, mas atualmente tem sido muito usado nas áreas das ciências biomédicas e sociais, e é, segundo ele, “o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real”, embora tenha limitadores nas ciências sociais, mediante a alegação de falta de rigor metodológico.

3.1.3 Quanto aos Procedimentos

A pesquisa é bibliográfica do tipo documental, subsidiada em fontes publicadas e documentos emitidos pelas organizações envolvidas no estudo de caso.

3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO

A pesquisa utilizou como campo de estudo o IFTO/*Campus* Araguatins, por sua caracterização institucional, e por ser uma instituição destinada a ministrar ensino em diferentes níveis, com raízes ligadas ao setor agropecuário, ponto forte da economia do Estado e do Território Bico do Papagaio.

3.3 OBJETO DA PESQUISA

A pesquisa limitou-se a analisar as políticas públicas de educação profissional e tecnológicas implementadas pelo IFTO *Campus* Araguatins, considerando o contexto regional, desafios, oportunidades e ameaças apresentadas pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional (2009), com as políticas educacionais implantadas pelo Governo Federal quanto à promoção do desenvolvimento socioeconômico da Região.

3.4 INSTRUMENTOS

Foram utilizados alguns instrumentos para a composição do material utilizado tanto para o embasamento teórico quanto para o empírico. Para a pesquisa utilizou-se como instrumento para coleta de informações e dados prioritariamente a leitura em fontes bibliográficas e documentos referentes ao assunto, fornecidos pela organização pesquisada.

Foram elaboradas redações durante a leitura e análise dos materiais, assim como a inserção de comentários pessoais, fichas, figuras, quadros, gráfico, resumos e tabelas.

3.5 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Na coleta de dados foram feitas leituras, análise de relatórios, tabelas e dados da Instituição, que serviram para embasar as informações referentes às ações e políticas implementadas. Utilizaram-se, também, publicações e fontes do banco de dados do acervo disponibilizado pelas Instituições e órgãos governamentais como IPEA, MI e SEPLAN-TO, entre outros, no período de 2006 a 2013.

Para o estudo de caso a pesquisa se utilizou da coleta dos dados e informações em relação à visão dos cursos implantados e em implantação no *campus* Araguatins, assim como a contribuição da formação dos profissionais para o desenvolvimento da Região.

3.6 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta, os dados necessários foram confrontados, no intuito de observar o quanto a implantação de determinada política educacional na Região está sinergicamente ligada às necessidades regionais. Não foram segregados cursos ou etapas de formação, e procurou-se observar a política educacional como um todo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO TOCANTINS

Na sequência serão apresentados alguns resultados, a partir de pressupostos históricos iniciais de implantação da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Tocantins, no que se refere à Rede Federal que originou o atual Instituto Federal do Tocantins, entendidos como necessários para discussão do tema proposto.

4.1.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

A história da Educação Profissional e Tecnológica no Estado teve início com a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA), criada em 20 de setembro de 1985 pelo Decreto nº 91.673, e inaugurada em 23 de março de 1988, estruturada na modalidade de Escola Fazenda, no município de Araguatins, localizada na zona rural, a 5 km do centro da cidade, estrada do povoado Santa Tereza.

A Escola contou, em sua instalação, com a cooperação do Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), por intermédio do Grupo Executivo das Terras de Araguaia-Tocantins (GETAT), responsável pelas providências, no Ministério da Fazenda, da questão referente à doação à União de uma área de 561,84 hectares de terras férteis, banhadas pelo rio Taquari, com 8 km de extensão, no município de Araguatins, conforme a Lei Municipal nº 321, de 08 de outubro de 1984, para implantação da Escola Agrotécnica Federal (IFTO, 2009).

A Escola iniciou suas atividades com o curso Técnico em Agropecuária, embora autorizada, em sua primeira fase, a ministrar ensino de 1º e 2º graus profissionalizantes, com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica (IFTO, 2009).

Passados cinco anos de sua instalação, a EAFA foi transformada em Autarquia, ganhando maior autonomia administrativa e pedagógica, subordinada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, passando a oferecer curso de Ensino Médio e Técnico Agrícola nas habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia (IFTO, 2009).

Em 1993, com Lei nº 8.670, de 30 de junho, mais uma unidade foi implantada no Estado, na capital, Palmas, que passou a sediar a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF), que depois de um longo período de procedimentos para a sua construção, iniciou as atividades

em 10/03/2003, com os cursos: Técnico em Edificações, Técnico em Eletrotécnica; e Técnico em Informática.

No ano de 2008, em função da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais, as Instituições foram submetidas a novas alterações e deixaram de existir como Escolas para se tornarem *Campi* do recém criado Instituto, a partir da integralização da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF), com sua Unidade de Ensino Descentralizada de Paraíso do Tocantins (UNED) e a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA), que juntas passaram a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO).

Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: [...] XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (BRASIL, 2008).

Na condição de *Campi*, a ETF passa a ser IFTO/*Campus* Palmas, e a EAFA - IFTO/*Campus* Araguatins, com reitoria em Palmas, além dos *campi* de Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Dianópolis, todos em atividade. Um marco para todo o Estado, pois em termos de ensino público de nível superior presencial passou a contar com duas instituições de abrangência considerável: com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), atualmente com sete *campi* em todo o Estado e um na microrregião do Bico, na cidade de Tocantinópolis, e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), com seis *campi* e um na microrregião Bico do Papagaio, extremo norte do Estado, município de Araguatins (Figura 10).

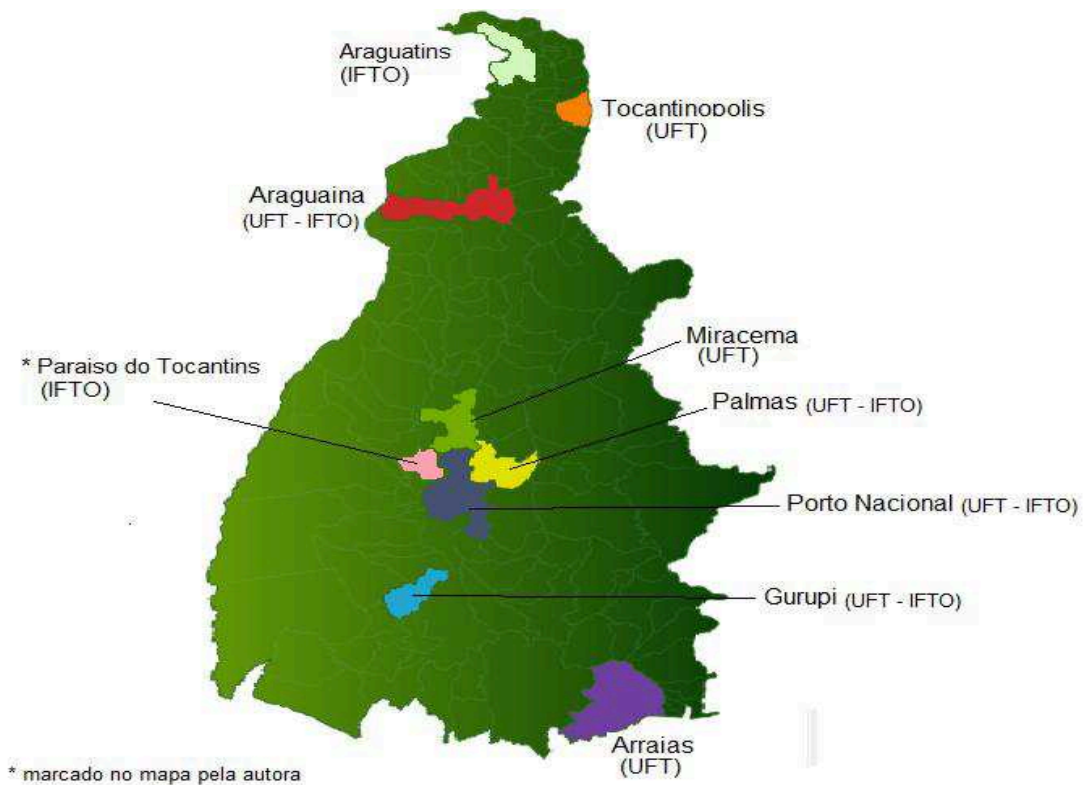


Figura 10 - *Campi* da UFT e do IFTO
 Fonte: adaptada do *site* da UFT (2012)

Na modalidade de ensino superior consiste o maior diferencial, pois durante anos, para usufruir dessa modalidade, os jovens do Território Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins precisavam recorrer às Instituições dos Estados vizinhos, principalmente à cidade de Imperatriz, Maranhão, e Marabá no Pará, ou à cidade de Araguaína, Tocantins, esta fora da territorialidade do Bico do Papagaio, mas de grande influência (IFTO, 2010).

Trata-se de um diferencial devidamente evidenciado já nos impactos diretos, a partir das conclusões de Rolim e Kureski (2009) em estudo sobre o apoio das Instituições de Ensino Superior (IES) ao desenvolvimento regional, ao demonstrarem que os impactos diretos dessas Instituições iniciam a partir de sua inserção na Região.

Os impactos são decorrentes de seus recursos, tanto no consumo de bens para manter sua estrutura, como em investimentos e pagamento de pessoal que, somados às demandas dos alunos, acabam tendo demanda extra para a Região, bem como de mercado e de trabalho, que evitam a migração dos profissionais para outras regiões, além do acréscimo na fonte de renda.

O IFTO representa um diferencial por suas diretrizes, por sua estrutura *multicampi*, gratuidade, e por ser uma modalidade de Instituição alicerçada na resiliência regional, o que por si já é grande mudança no Estado. Para complementar, no âmbito do Território Bico do

Papagaio, que pode contar com uma Instituição que já nasceu grande e com possibilidade de crescimento cada vez maior, à medida que suas estruturas físicas e pedagógicas vão se alinhando com os novos parâmetros institucionais, somando as demandas agregadas de recursos, servidores e alunos advindos de outros municípios e regiões.

Dentro do contexto regional, o IFTO/*Campus* Araguatins passou a ser uma espécie de agente para o contexto regional. O próprio MEC (2005) especifica que as instituições de educação profissional tecnológica devem constituir-se em referência nos campos de atuação e para a região de inserção.

Nos termos da Lei 9394/96, art. 39 (LDB), “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, o que evidencia a importância da integração dessas Instituições com o produtor, e com todos os atores da Região, para impulsionar um desenvolvimento que atenda suas especificidades produtivas.

Como Instituição pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, o IFTO tem em seu cerne o compromisso de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando por meio de processos educativos voltados para os diversos setores econômicos com vista ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Ponto a partir do qual, dentre seus objetivos estratégicos, está: “desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”.

Isso se utilizando de sua autonomia administrativa, didático-pedagógica, patrimonial e disciplinar como Instituição de educação superior, básica, profissional e de pesquisa pluricurricular e *multicampi*, especializada em educação profissional e tecnológica nos diferentes moldes de ensino.

Esses moldes caracterizam-se pela estreita articulação com os setores produtivos sociais nas regiões de inserção, a partir de um olhar voltado para a educação continuada com a missão de “proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico por meio da formação pessoal e qualificação profissional” (IFTO, 2012, p.31).

O IFTO atua na educação profissional de nível médio na modalidade integrada e subsequentes, PROEJA, Programas como PRONATEC, Mulheres Mil, e cursos superiores de

tecnologia, bacharelado e licenciaturas, pós-graduação *Lato Sensu* em Telemática e Gestão Ambiental (IFTO, 2012).

Na modalidade presencial, o IFTO oferece os cursos constantes no Quadro 1, e outros em planejamento nos diversos *campi*.

CAMPI	CURSOS
Araguaína	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Técnico Integrado ao Ensino Médio: Informática; ✓ Técnico Subsequente: Análises Clínicas, Enfermagem, Gerência em Saúde e Informática para Internet; ✓ Em processo de criação: Curso superior em Tecnologia da Informação; ✓ Proeja: Vigilância em Saúde.
Araguatins	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cursos Superiores Bacharelado em Agronomia, Licenciaturas em Ciências Biológicas e Computação ✓ Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Agropecuária e Informática ✓ Técnico Concomitante: Informática ✓ Técnico Subsequente: Agropecuária.
Gurupi	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cursos Superiores: Licenciatura em Artes Cênicas ✓ Técnico Integrado ao Ensino Médio: Agronegócios ✓ Técnicos Subsequentes: Agronegócios, Artes Dramáticas e Edificações. ✓ Proeja: Comércio.
Palmas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cursos Especialização: Telemática ✓ Superiores: Tecnólogos em Agronegócio, Gestão Pública, Sistemas Elétricos e Sistemas para Internet; Licenciaturas em Física e Matemática e Bacharelado em Engenharia Civil. ✓ Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Administração, Agrimensura, Agronegócio, Eletrotécnica, Eventos, Informática, Mecatrônica. ✓ Técnicos Subsequentes: Agrimensura, Controle Ambiental, Edificações, Eletrotécnica, Hospedagem, Informática, Mecatrônica, Secretariado e Segurança do Trabalho. ✓ Proeja: Atendimento e Manutenção e Operação de Microcomputadores.
Paraíso do Tocantins	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cursos Superiores: Gestão da Tecnologia da Informação e Licenciatura em Matemática ✓ Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Agroindústria, Informática e Meio Ambiente. ✓ Técnicos Subsequentes: Administração, Agroindústria, Informática e Meio Ambiente. ✓ Proeja: Agricultura Familiar e Operador de Computador.
Porto Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cursos Superiores: Licenciatura em Computação e Tecnólogo em Logística ✓ Técnico Integrado ao Ensino Médio: Meio Ambiente ✓ Técnicos Subsequentes: Informática e Logística ✓ Proeja: Vendas

Quadro 1 - Cursos presenciais regulares oferecidos pelo IFTO

Fonte: IFTO (2012)

Habilitado, ainda, para atuar na modalidade de educação à distância, tanto no projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB) como no projeto Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec), o IFTO conta com sete polos atuando no Projeto e-Tec (Figura 11).

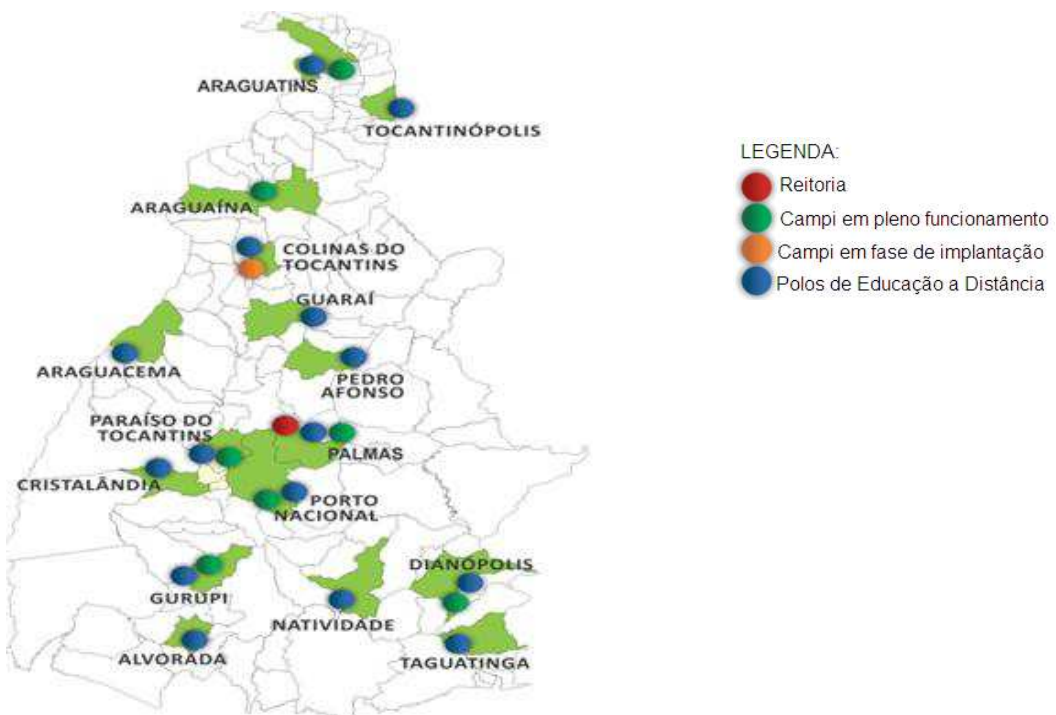


Figura 11 – Polos de EAD do IFTO em funcionamento e em implantação
Fonte: IFTO (2013)

Na modalidade de cursos Técnicos Subsequentes em EAD são 13 polos, totalizando 1.950 vagas (IFTO, 2013).

- a) Polo **Alvorada**: Logística, Manutenção e Suporte em Informática - 50 vagas ano;
- b) Polo **Araguacema**: Controle Ambiental e Manutenção e Suporte em Informática, com 100 vagas ano;
- c) Polo **Araguatins**: Administração, Meio Ambiente e Agroecologia, 150 vagas ano;
- d) Polo **Colinas**: Agroecologia, Secretariado e Meio Ambiente, 150 vagas ano;
- e) Polo **Cristalândia**: Manutenção e Suporte em Informática, Serviços Públicos e Controle Ambiental, 150 vagas ano;
- f) Polo **Dianópolis**: Serviços Públicos, Secretariado e Controle Ambiental, com 150 vagas ano;
- g) Polo **Guaraí**: Manutenção e Suporte em Informática, Secretariado e Serviços Públicos, com 150 vagas ano;
- h) Polo **Gurupi**: Administração e Logística com 100 vagas ano;
- i) Polo **Palmas**: Logística, Manutenção e Suporte e Informática e Meio Ambiente, com 150 vagas ano;
- j) Polo **Paraíso do Tocantins**: Logística, Secretariado, Agroecologia e Serviços Públicos, 200 vagas ano;

- k) Polo **Tocantinópolis**: Administração, Controle Ambiental, Agroecologia e Serviços Públicos, com 200 vagas ano;
- l) Polo **Taguatinga**: Agroecologia, Logística e Secretariado, com 150 vagas ano;
- m) Polo **Porto Nacional**: Administração, Manutenção e Suporte em Informática e Meio Ambiente, com 150 vagas ano;
- n) Polo **Palmerópolis**: Administração e Controle Ambiental, com 100 vagas, totalizando ao todo 1.950 (IFTO, 2013).

Com a criação do IFTO, com *campi* no Território Bico do Papagaio, novos horizontes e oportunidades são advindos em função de sua nova estrutura, finalidade e objetivos, principalmente pelo nível de abrangência da ação acadêmica legalmente determinada:

- a) mínimo de 50% das vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e
- b) 20% para atender os cursos de licenciatura, assim como programas especiais de formação pedagógica, voltada à formação de professores para a educação básica, principalmente nas áreas de ciências, matemática, e educação profissional. (BRASIL, 2008)

4.1.2 O IFTO e os Territórios de Inserção

4.1.2.1 Base Econômica do Estado do Tocantins

O Tocantins é o 27º Estado brasileiro, criado pelo Artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, e se localiza no Centro Geodésico do Brasil, com 5,4% do território geopolítico denominado Amazônia Legal, ao sul da Região Norte, entre o paralelo 5º e o 13º de latitude sul, e entre os meridianos 45 e 50º, de longitude oeste. Tem uma população de 1.383.445 habitantes, com 139 municípios, área de 277.621,858 km², e densidade demográfica de 4,98 Hab/km² (IBGE, 2010).

Criado pela divisão do Estado de Goiás, o Tocantins possui como capital a cidade de Palmas, com 228.332 mil habitantes; seguida por Araguaína, com 150.484; Gurupi, com 76.755; Porto Nacional, com 49.146; Paraíso do Tocantins, com 44.417; Araguatins, com 31.329; e Colinas do Tocantins, com 30.838, destacadas como as mais populosas (IBGE

2010). Faz divisa com Maranhão ao norte e a leste, Goiás ao sul, Piauí e Bahia a leste, Mato Grosso e Pará a norte e a oeste.

Na economia, dados da SEPLAN (2010, p.22) revelam que o Estado desenvolve 17 atividades importantes, mas apenas cinco delas têm maior peso: “administração, saúde e educação públicas; construção civil; comércio e serviços de manutenção e reparação; agricultura, silvicultura e exploração florestal e pecuária e pesca”. Destacam-se na participação do valor adicional bruto (VA) de 2009 três setores: agropecuária com 20,6%; indústria com 22,8%; e serviço com 56,6%.

Na agricultura dados do IBGE (2010) destacam a produção de soja, cana de açúcar, arroz, milho, sorgo, melancia, abacaxi e banana (Tabela 2).

Tabela 2 - Culturas de destaque no Tocantins

Produto	2009 Produção	2010 Produção	Medida	Aumento ou Queda Produção %	Índice de incidência nos 139 municípios do Estado	Incidência nos 25 municípios do Bico do Papagaio (TO)
Soja	875.428	991.326	Tonelada	11,4%	54,7%	1
Arroz	376.749	447.320	Tonelada	15,8%	100%	25
Milho	250.451	282.475	Tonelada	11,3%	100%	25
Cana de açúcar	664.284	715.315	Tonelada	7,1%	47%	2
Melancia	88.135	87.224	Tonelada	- 1,04%	8,6%	1
Abacaxi	59.601	41.946	Mil frutos	- 42%	39%	6
Banana (cacho)	25.348	25.141	Tonelada	- 0,82%	84%	17

Fonte: adaptada do IBGE (2009 – 2010)

Na pecuária destacam-se a bovinocultura e a suinocultura com evidência em todos os 139 municípios do Estado (Tabela 3).

Tabela 3: Produção de origem animal de destaque no Tocantins

Produto	2009 Produção	2010 Produção	Medida	Aumento Produção %	Índice de incidência no Estado
Bovinos	7.605.249	7.994.200	Cabeça	5,1%	100%
Leite de Vaca	233.028	269.495	Mil Litros	15,6%	100%
Suínos	254.181	266.040	Cabeça	4,7%	100%
Caprinos	23.467	25.167	Cabeça	7,2%	98%
Ovinos	89.265	108.062	Cabeça	21%	99%
Bubalinos	9.566	9.280	Cabeça	-3%	57%
Frangos, pintos frangas, galos	3.101.570	2.700.380	Cabeça	-12,9%	100%
Galinhas	1.198.900	1.455.614	Cabeça	21%	100%
Ovos	7.132	8.415	Mil dúzia	18%	100%
Mel	129.885	156.771	Kg	20,7%	49%

Fonte: adaptada do IBGE (2009 – 2010)

Na exportação destacam-se a soja, carnes e derivados, e abacaxi. Está despontando a produção de biocombustível, a partir de culturas como babaçu, soja e pinhão-manso. Esse setor é incentivado pelo Governo e conta com três usinas de etanol à base de cana de açúcar, e duas investindo no pinhão manso e na mamona, com geração de emprego na agricultura familiar e comercial para a produção de biodiesel.

Segundo Finco e Doppler (2011), a geração de emprego com pinhão ficou na média de 250 na agricultura familiar e dois mil na agricultura comercial. Já a geração de emprego com a mamona, embora não seja produzida em grande escala, ficou em torno de 300 postos de trabalho, cabendo à soja a maior parte no setor, gerando uma média de 4.750 empregos.

Finco e Doppler (2011) destacam, ainda, que a produção de biodiesel no Estado, em 2009, totalizou 38.580 milhões de litros vendidos em leilões nacionais, representados pelas empresas:

- a) Brasil Ecodiesel: com unidade de produção em Porto Nacional, nas proximidades da Ferrovia Norte-Sul, a 60 km ao norte de Palmas, com 34 milhões de litros; e
- b) Biotins Energia: situada na cidade de Paraíso do Tocantins, às margens da BR 153 (Belém-Brasília), aproximadamente a 70 km a oeste de Palmas, com 4,5 milhões de litros.

Segundo a SEPLAN (2009), o custo logístico do Estado, por sua grande dependência do modal rodoviário, gira em torno de 6% do Produto Interno Bruto (PIB), um problema de relevante importância para o escoamento da produção. Daí a importância da Ferrovia Norte Sul, com 853,5 km em território tocantinense para o desenvolvimento do Estado, que, de acordo com dados da Valec (2011), já inaugurou os trechos de:

- a) Em 2007, 146 Km Aguianópolis – Araguaína - TO;
- b) Em 2008 94 km Araguaína - Colinas do Tocantins;
- c) Em 2010, 132 km Colinas – Guaraí - TO e 150 km Guaraí - pátio de Palmas/Porto Nacional.

A Ferrovia Norte Sul (Figura 11) evidencia mais um desafio relevante a ser superado no processo desenvolvimentista do Estado. Segundo Souza (2009), a precariedade de rodovias e aeroportos dificulta a atração de investidores para determinada região, o que é visível no Tocantins por sua centralidade e distância dos Estados mais desenvolvidos, reforçadas ainda pelos seus segmentos econômicos, oportunidades e desafios de negócios sustentáveis apontados pelo BASA (2012): turismo, agricultura familiar, micro e pequenas empresas, indústrias, projetos estruturantes, agronegócios, silviculturas, comércios e serviços.



Figura 12 – Traçado da Ferrovia Norte Sul
Fonte: Valec (2011)

A partir desses pontos se percebe a importância do IFTO no que lhe é inerente como Instituição Educacional, atuando diferentemente em cada região do Estado por intermédio de sua estrutura *multicampi* com diferentes áreas e níveis de ensino.

4.1.2.2 Mesorregião² Bico do Papagaio: caracterização

O Governo Federal, com sua política de intervenção do Ministério da Integração por meio da Secretaria de Programas Regionais, no direcionamento dessa política delimita as chamadas mesorregiões muitas vezes envolvendo territórios de um ou mais Estados, como, por exemplo, a Mesorregião Bico do Papagaio, que envolve parte de três Estados: Pará, Maranhão e Tocantins.

A denominação Bico do Papagaio tem duas dimensões: meso e microrregião, e originou-se pelo contorno geográfico do extremo norte do Estado de Tocantins lembrar a cabeça e o bico de um papagaio, exatamente onde se encontram o Rio Araguaia com o Tocantins, na altura da cidade de Esperantina (Figura 13).

² Mesorregião – termo constante nos documentos do Ministério da Integração Nacional e que também foi usado na caracterização.



Figura 13– Mesorregião Bico do Papagaio
Fonte: MI/SPR (2009)

Na dimensão mesorregional, possui uma área total de 140.109,5 km², englobando 66 municípios, distribuídos da seguinte forma: ao norte do Estado de Tocantins 25 municípios; ao sudoeste do Maranhão 16 municípios; e ao sul do Pará 25 municípios, partes integrantes da Amazônia Legal (Figura 14), banhados principalmente pelos rios Araguaia e Tocantins, marcados por confluência do cerrado e mata amazônica (MI/SPR, 2009).



Figura 14 – Mapa Amazônia Legal
Fonte: Site IBGE (2010)

A Mesorregião tem seu contexto histórico marcado por intensos conflitos e mortes advindos de confrontos entre fazendeiros e pequenos posseiros, motivados por disputas pela posse de terras e controle dos recursos naturais, no decorrer dos anos 70, 80 e 90, período em que se caracterizou como principal foco de tensão agrária em território brasileiro (SPR, 2009).

Esse contexto, segundo estudos de Martins e Raggi (2009, p. 43), é proveniente de diferentes processos de estruturação do espaço agrário brasileiro, caracterizado por grande concentração de terras nas mãos de poucos e a conseqüente exploração e expropriação dos camponeses, a partir de raízes iniciadas na crise no sistema escravista, que gerou medo de que os escravos libertos ou imigrantes ocupassem as terras “sem uso”, ou sob domínio da Coroa Brasileira, causando evasão de força de trabalho para os grandes latifúndios.

A solução veio com Lei da Terra, em 1850. Com ela a terra só poderia ser ocupada mediante processo de compra e venda, e, conseqüentemente, com restrição de uso para aqueles que não poderiam arcar com sua compra, desencadeando o cerco de terras pela grilagem, que é o ato de apossar-se de terras mediante falsos títulos de propriedade.

A modernização também é apontada pelos autores como uma das formas de expropriação a que têm se submetido os camponeses no decorrer da história, em função das novas técnicas e da própria mecanização agrícola:

[...] a luta pela terra é, em grande parte, uma luta pela preservação de um modo de vida camponês. A inviabilização de suas condições de sobrevivência e da manutenção de seus modos de vida deu origem a diferentes formas de conflitos, como os messiânicos, o banditismo social e, posteriormente, os movimentos de sindicalização, conflitos que se tornariam um dos principais motes do golpe militar de 1964 (RAGGI; MARTINS, 2009, p. 44).

Segundo Nascimento (2011), nos anos 1970 a agricultura da Região passou a ser prioridade nos programas governamentais que incentivaram a ocupação da região de Cerrado e da Amazônia, financiando grandes projetos agrícolas, que levaram inclusive a Mesorregião Bico do Papagaio a receber grande contingente populacional, causando mudanças estruturais de cunho econômico, social e ambiental.

Esse fato foi também influenciado pela rodovia Belém Brasília, (1960), que ao quebrar o isolamento geográfico, de alguma forma alterou a reestruturação do espaço agrário, sendo o principal eixo, ainda hoje, de ligação da Região com o sul do País.

Ao fazer referência às iniciativas do Governo na década de 1970, com o objetivo de promover a abertura de fronteiras econômicas e modernizar a agricultura, utilizando programas como Polamazônia e Polocentro, o MI/SPR (2009, p.18), diz: “[...] esse modelo de desenvolvimento produziu algumas sequelas significativas, como a concentração fundiária, disputas de terras e expulsão de pequenos produtores”.

Esse é um ponto a partir do qual é possível caracterizar a dimensão social em duas frentes bem definidas entre si: uma marcada pela pecuária extensiva, agricultura de

exportação e mineração, outra na agricultura familiar, com perfil de migrantes diferenciados. Uma formada por pobres em busca de terras vazias para ocupar, e outra com perfil de investidores e fazendeiros, variando de médio a grande porte.

Essa realidade é marcada por demandas, posições políticas e objetivos divergentes:

Os pequenos agricultores buscam a subsistência das famílias, enquanto os migrantes têm perfil mais empresarial e capitalizado. Somam-se ainda a diversidade social, que envolve índios, pequenos agricultores, assentados, pescadores, extrativistas, mineradores, e artesãos, muitos sendo tudo isso junto, além de trabalharem esporadicamente para outros fazendeiros e realizarem trabalhos braçais nas cidades próximas (MI/SPR 2009, p. 19).

Nas décadas de 1980 e 1990, como forma de afrouxar as tensões da luta pela terra e ordenar sua ocupação, o Governo Federal deu início em 1980, intensificando principalmente a partir de 1994, ao processo de regularização fundiária e assentamento de famílias de posseiros na Região. O que acabou por caracterizar não só a mesorregião, mas toda a Região Norte com números consideráveis de assentamentos de reforma agrária.

Feijó (2011, p. 289) cita que entre 2003 a 2008, “a Região Norte sozinha concentrou 47% do percentual do número de famílias assentadas, ficando 3% no Sul, 4% no Sudeste, 16% no Centro-Oeste e 30% no Nordeste”.

Na dimensão microrregional, no Maranhão e no Tocantins (Figura 15) restringe-se a municípios de cada um, diferenciando-se no Pará, onde os municípios se subdividem em seis microrregiões. São municípios de baixo índice populacional, sendo os maiores Araguatins e Augustinópolis (IBGE, 2010).



Figura 15 – Microrregião Bico do Papagaio extremo norte do Tocantins e municípios
Fonte: UFT (2011)

4.1.2.3 Desenvolvimento Socioeconômico no Território Bico do Papagaio

As necessidades de conhecer as especificidades contidas no portfólio de cada região surgiram a partir de delimitação dessa região, partindo de um conceito, que segundo Souza (2009) tem sido um divisor entre os economistas, residindo a primeira dificuldade na delimitação das fronteiras, em função das fronteiras administrativas adotadas pelo governo, prevalecendo assim a contiguidade no sentido geográfico do território brasileiro, dividido em macrorregião: Sudeste, Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste, mesorregião, e microrregião.

Ao delimitar a territorialidade da mesorregião, o MI/SPR (2009) situa algumas potencialidades, problemas e desafios, oportunidades e ameaças para o desenvolvimento sustentável da Mesorregião Bico do Papagaio no direcionamento de suas políticas que, neste estudo, são utilizados como parâmetros para comparação das políticas educacionais implementadas pelo IFTO.

a) Potencialidades

Entre as potencialidades listadas para a Mesorregião pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Programas Regionais (MI/SPR) (2009), têm-se aquelas

ligadas a fatores geoambientais, logística, organizações sociais, comércio e serviços, capital humano, e reflorestamento (Quadro 2).

GEOAMBIENTAIS	– Rica em recursos florestais, hidrográficos, solo, clima, vegetação que permitem cultivo de várias culturas e formação de diversificadas cadeias produtivas/APL.
LOGÍSTICA DE TRANSPORTES	– Permite acessos por diferentes sistemas de transportes: rodoviário, aéreo, ferroviário.
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	– Existência de FÓRUNS e Cooperativas.
COMÉRCIO E SERVIÇOS	– Municípios polos com grandes possibilidades de evolução.
CAPITAL HUMANO	– Disponibilidade de mão de obra, com capacidade empreendedora.
REFLORESTAMENTO	– Manutenção do bioma.

Quadro 2 - Potencialidades Mesorregião Bico do Papagaio
Fonte: MI/SPR (2009)

b) Problemas e Desafios

Considerado o contexto geográfico de localização na Amazônia Legal e o fator sustentabilidade, o MI/SPR (2009) listas questões como: avanço desordenado do agronegócio, gerando degradação ambiental e exclusão social; atuação desintegrada entre as esferas de governo; conflitos entre o modelo agroexportador e agricultura familiar; processo de ocupação conflitante: comunidades extrativistas indígenas, assentados, e ambientalistas; concentração fundiária, com falta de regularização; dispersão social e cultura; baixo nível tecnológico na agricultura familiar; falta de laboratórios e equipamentos de análise de solos; baixa escolaridade e anos de estudo; capacitação profissional deficiente; e crescimento urbano desordenado. Esses são alguns problemas e desafios que na visão da SPR (2009), são característicos na Região.

c) Oportunidades e Ameaças

A Mesorregião apresenta, em seu rol de oportunidades, fatores como: acelerado processo de modernização agrícola, novas tecnologias, mercado consumidor em expansão, linhas de créditos, financiamentos diversos, e políticas compensatórias devidamente direcionadas à Região.

É preciso, portanto, considerar as ameaças que a Secretaria relaciona, como: barreiras comerciais, sanitárias e ambientais, nos financiamentos e na comercialização, atuação

desintegrada das esferas de governo, políticas de licenciamento ambiental, e investimentos externos desordenados e sem sustentabilidade ambiental.

4.1.2.4 Microrregião Bico do Papagaio

O Estado do Tocantins vivenciou seu anseio separatista por décadas, manifestado em diferentes contextos históricos, políticos e sociais, que segundo a MI/SPR (2009) foi impulsionado por fatores como as dificuldades geográficas de acesso ao sul do então Estado de Goiás e do País, o que, por sua vez, conduziu ao fortalecimento de vínculos comerciais com o Pará e o Maranhão, e ao ser sedimentado foi também aumentando as diferenças e criando o anseio separatista.

Em defesa da criação do Estado o então Deputado Federal José Wilson Siqueira Campos, em seu discurso no plenário da Assembleia Constituinte, dia 06 de agosto de 1987, disse:

[...] Venho do Bico do Papagaio, que o abandono e as injustiças tornaram violento; [...] venho das terras habitadas pelas gentes isoladas e sofridas da margem direito do rio Tocantins [...] Venho, pois das contradições e dos contrastes: a miséria convivendo com a opulência; a pobreza avizinhada da riqueza [...] (CAMPOS *apud* CARVALHO, 2011 p.197-199)

Contrastes esses nitidamente concentrados no extremo norte do Estado e confirmados nas ações do Governo Federal por meio de políticas, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), criada pelo Decreto nº 6.047, de 2007, apontada como ponto forte para atuar nas desigualdades, na falta de expressão territorial, na ausência ou estagnação de atividades econômicas, e como estratégia para o desenvolvimento regional com a criação dos chamados Territórios Rural e Territórios da Cidadania, dos quais a microrregião Bico do Papagaio faz parte como unidade de planejamento e direcionamento dessas políticas públicas.

Os Territórios Rurais são conceituados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário como: “espaço geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais tais como: ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições”, onde as políticas são distribuídas em eixos, buscando fortalecer a gestão social; dinamizar a economia; fortalecer as redes sociais e de cooperação.

Já o Território da Cidadania é baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e o baixo dinamismo econômico busca direcionar ações voltadas à ativação das potencialidades e valorização das diversidades regionais (MI/SPR, 2009, p. 32-33).

Dados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007/2010) apontam que no Território da Cidadania no Bico do Papagaio há 7.406 agricultores familiares; 5.644 famílias assentadas; 1.533 pescadores; e uma terra indígena, com 61.012 habitantes na zona rural. Como exemplo disso, no município de Araguatins, o maior da microrregião com 31.329 habitantes, 11.194 vivem na zona rural.

Dados do INCRA (2010) enumeram um total de 4.958 famílias assentadas em diferentes Projetos de Assentamentos (PAs) de reforma agrária no extremo norte do Tocantins ou Microrregião do Bico do Papagaio, existindo ainda outras modalidades de assentamento. Pontos, a partir dos quais torna visível a intrínseca vinculação da maioria dos municípios da Microrregião com o setor rural, classificada pela tipologia da PNDR como de baixa renda (Figura 16).



Figura 16 – Tipologia de renda PNDR
Fonte: MI-SPR (2009)

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A partir desta subseção serão apresentados: a localização geográfica do IFTO *Campus* Araguatins; dados sobre sua instalação; estrutura; organização; e práxis, entendidos como necessários para embasamento e caracterização para a análises de suas contribuições quanto ao desenvolvimento socioeconômico do Território Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins.

4.2.1 IFTO *Campus* Araguatins: caracterização

O IFTO *Campus* Araguatins localiza-se na zona rural, a 5 km do centro da cidade de Araguatins (Figura 17), Estado do Tocantins, às margens do Rio Araguaia, numa região conhecida como Bico do Papagaio.



 – IFTO/Campus Araguatins

Figura 17 – Município de Araguatins-TO
Fonte: Google 2012

Em funcionamento, desde 1988, quando iniciou suas atividades, ao primeiro semestre de 2013, num total de 25 anos formando ano a ano novos profissionais com competência técnica voltada para o contexto regional; mesmo não podendo atuar em todos os seguimentos têm seus cursos direcionados para as bases econômicas do Estado e do próprio Território Bico do Papagaio e município de Araguatins, que possui mais de 36% da população residente na

zona rural, motivo que tem conduzido a Instituição desde sua criação como Escola Agrotécnica Federal a atuar com cursos ligados ao setor.

Estruturado numa área total de 561,8 hectares em sistema Escola Fazenda (Figura18 e 19) o *Campus* é organizado em Unidades Educativas de Produção (UEPS), que envolvem uma rede de saberes que entrelaçam trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

- a) UEP de Zootecnia I: avicultura, apicultura, piscicultura e cunicultura.
- b) UEP de Zootecnia II: suinocultura, ovinocultura e caprinocultura.
- c) UEP de Zootecnia III: bovinocultura e eqüinocultura.
- d) UEP de Agricultura I: olericultura.
- e) UEP de Agricultura II: culturas anuais.
- f) UEP de Agricultura III: fruticultura (frutas regionais).
- g) UEP de Agroindústria: abate de animais, processamento de carnes, processamento de frutas, processamento de leite e panificação (IFTO, 2010).



Figura18 - *Campus* Araguatins (vista aérea)
Fonte: Arquivo IFTO



Figura 19 – *Campus* Araguatins (setor administrativo)
Fonte: Arquivo IFTO

Ainda em processo de reestruturação física e pedagógica o *Campus* já possui novos prédios (Figura 20) e outros sendo construídos para atender as especificidades de sua nova institucionalização.



Figura 20 – *Campus* Araguatins (setor pedagógico)
Fonte: Lima (2012)

Com o lema ‘aprender a fazer fazendo’, o *Campus* possui 40 salas de aulas, laboratório de Biologia, Piscicultura, Apicultura, Informática, Solos, Bromatologia, Microbiologia dos Alimentos, Física e Química, Desenho Técnico, Topografia, Genética e Melhoramento de Plantas, Bioquímica e Fisiologia Vegetal, Tecnologia de Sementes, Entomologia, Biblioteca.

Tem um refeitório com uma média 1.600 refeições diárias (climatizado), enfermaria, sala de TV, auditório, bosque, cantina, alojamento masculino com 102 vagas, campo de futebol *society*, piscina semiolímpica e ginásio poliesportivo (IFTO, 2013).

4.2.2 O *Campus* Araguatins e sua práxis

4.2.2.1 Cursos e Programas

O *Campus* Araguatins conta com 1.500 alunos distribuídos entre os cursos superiores, médio integrado ao técnico, técnico subsequente ao Ensino Médio, PROEJA, PRONATEC e Mulheres Mil, advindos de diferentes camadas sociais, com predominância daqueles procedentes das classes de baixa e média renda, oriundos de escola pública (IFTO, 2010).

Na modalidade de Ensino Superior totaliza, em 2013, 14 turmas, sendo quatro turmas de Bacharelado em Agronomia em turno integral, duas Licenciaturas: Ciências Biológicas e Computação, com cinco turmas em cada uma no período noturno, com uma média de 35 acadêmicos por turmas (IFTO, 2013).

No ensino técnico e médio integrado ao técnico são ofertadas 280 vagas novas vagas todo ano: 40 para Técnico em Agropecuária, subsequente ao Ensino Médio, no período matutino e duração de dois anos; 40 para Técnico em Rede de Computadores (Informática),

integrado ao Ensino Médio; e 200 para o Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio, ambos em período integral e duração de três anos (IFTO, 2013).

No Ensino Médio alcançou o primeiro lugar na classificação do ENEM no Território Bico do Papagaio Tocantins; o terceiro lugar entre as instituições da rede pública no Estado; e a 16º na classificação geral entre instituições públicas e privadas no Estado (ENEM, 2011). Na modalidade PROEJA, ofertou 45 vagas no Curso Técnico em Informática para Internet concomitante ao Ensino Médio, no período noturno, com a duração de um ano.

No Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) do Governo Federal, criado em 2011, direcionado à busca e ao aumento da oferta de educação profissional por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e tecnológica, o *Campus* conta com três turmas de 40 alunos para os cursos de Montador e Reparador de Computadores e Auxiliar Administrativo; duas turmas de 40 alunos para os cursos de Produtor de Embutidos e Defumados e Monitor do Uso e Conservação dos Recursos Hídricos; e uma turma de 40 alunos para os cursos Técnico em Aquicultura e Técnico em Informática para Internet (IFTO, 2013).

Na área rural, por meio do PRONATEC Campo, tendo como demandante o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com disciplinas que partiram do interesse dos próprios assentados, o *Campus* ofertou o curso Auxiliar Técnico em Agropecuária nos assentamentos Palmares e Oziel Pereira, onde 80 assentados tiveram aulas nos próprios assentamentos e foram certificados no primeiro semestre de 2013 (IFTO, 2013).

O Programa Nacional Mulheres Mil contempla em suas diretrizes possibilitar às mulheres, em situação de vulnerabilidade social, acesso à educação, à igualdade de gênero, e inclusão social nos termos do que determina a Portaria nº 1015, de 21 de julho de 2011 (BRASIL, 2011).

Esse Programa teve início no *Campus* com 100 mulheres, com o curso de 200 horas na Modalidade Técnico em Horticultura (FIC), atualmente com 140 mulheres no curso Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, com carga horária de 240 horas (IFTO, 2013).

4.2.2.2 Parcerias, Projetos e Visitas Técnicas

a) Parcerias

O IFTO, como um todo, tem diversos parceiros nas diferentes esferas de governo. Na esfera federal os principais parceiros são: Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da

Cultura, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Exército Brasileiro, INCRA, SENAR, SEBRAE, SESCOOP, UFT, Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM) EMBRAPA, DENIT, ELETROBRÁS, ELETRONORTE, IPEA, Tribunal Regional Eleitoral.

Na esfera estadual destacam-se os parceiros: Secretaria Estadual de Educação, Secretaria da Fazenda, SEAGRO, SENAR-TO, SEBRAE-TO, SESCOOP-TO, CAPES, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, Corpo de Bombeiros Militar, Defensoria Pública, EMBRAPA PESCA, NATURATINS, RURALTINS, Secretaria Estadual da Saúde, UNITINS.

Com o lema ‘aprender a fazer fazendo’, o *Campus* possibilita a seus educandos vivenciar estudos teóricos e práticos por meio de suas práxis de campo, parcerias, visitas técnicas e projetos de pesquisa.

Nas parcerias a partir de 2011 até o primeiro semestre de 2013 destacaram-se as firmadas com o Projeto SENAR RONDON (3ª edição) de iniciativa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), do SENAR e do Instituto CNA, responsável pela promoção de intercâmbio cultural e técnico entre estudantes de universidades públicas e privadas do País com profissionais, para atuarem em comunidades da zona rural brasileira, e RONDON-TUR 2013, projeto de extensão coordenado e executado pelo SEBRAE e ADTUR (IFTO, 2011, 2013).

No SENAR RONDON a parceria do *Campus* envolveu oito professores e 35 estudantes dos cursos: Técnico em Agropecuária; Agroindústria; Bacharelado em Agronomia; Licenciaturas em Ciências Biológicas e Computação, atuando na área de zootecnia (alimentação e sanidade animal), agricultura (produção de feijão, mandioca, milho), e agroindústria (produção de doce, poupa de frutas, queijos, iogurtes) no assentamento rural Transaraguaia, município de Araguatins, a 12 km do *Campus* (IFTO, 2012).

No RONDON-TUR, participaram, em parceria com a UFT, alunos dos cursos técnicos e acadêmicos maiores de 18 anos, selecionados pela ADTUR, para dar suporte em atividades e eventos, como atendimento em postos de saúde e Centros de Atendimento ao Turista, educação ambiental nas praias e *campings*, atividades esportivas e lazer, como forma de dar suporte técnico no fortalecimento do segmento turístico em 14 praias do Estado durante o mês

de julho nos municípios de Araguacema, Araguanã, Araguatins, Caseara, Formoso do Araguaia, Filadélfia, Itaguatins, Juarina, Lagoa da Confusão, Paranã, Pedro Afonso, Peixe, Porto Nacional e Tocantinópolis. Soma-se, ainda, a promoção de intercâmbio cultural entre os estudantes e acadêmicos do IFTO e UFT (IFTO, 2013).

b) Projetos

Entre os projetos executados destaca-se o Balde Cheio, que atua como laboratório de aulas práticas com base em pressupostos de viabilidade de aprendizagens técnicas com viabilidade econômica, social e ambiental, para professores, alunos e produtores da Região.

Implantado no *Campus* em 2008, pelo SEBRAE em parceria com a EMBRAPA-SUDESTE, entre seus objetivos destaca-se a garantia da qualidade produtiva de leite com rentabilidade em pequenos espaços. Visa produzir leite com o mínimo de impacto ambiental, pela otimização dos espaços com produtividade (SILVA *et al* 2012).

Inserido nos Programas de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) fomentados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o *Campus* conta com projetos de pesquisa, com dez ainda em andamento (Quadro 3), com previsão de lançamento de edital para novas vagas (IFTO, 2013).

Tais projetos se dividem em diferentes planos de trabalhos executados por alunos do ensino técnico e superior.

PROJETO DE PESQUISA	CURSOS ENVOLVIDOS	PERÍODO
1. Criação, avaliação e caracterização de banco de <i>germoplasma</i> de mamoeiro (<i>Carica papaya L.</i>) no extremo Norte do Estado do Tocantins	Bacharelado em Agronomia	Agosto/2012 a julho/2014
2. Diversidade de moscas-das-frutas (<i>Diptera, Tephritidae</i>) no município de Araguatins/ TO	Bacharelado em Agronomia	Agosto/2012 a julho/2014
3. Sistema Integrado de Diagnose e Recomendação (DRIS) para diferentes culturas na Microrregião Bico do Papagaio/ TO	Bacharelado em Agronomia	Agosto/2012 a julho/2013
4. Caracterização e avaliação de <i>germoplasma</i> de mamoeiro em relação às anomalias florais e às taxas de carpeloidia e pentandria de frutos, no Extremo Norte do Estado do Tocantins	Bacharelado em Agronomia	Agosto/2012 a julho/2013
5. Caracterização e avaliação de <i>germoplasma</i> de mamoeiro quanto aos aspectos agrônômicos e físico – químico de frutos, no Extremo Norte do Estado do Tocantins	Bacharelado em Agronomia	Agosto/2012 a julho/2013
6. Flutuação populacional de Moscas das frutas no município de Araguatins/TO	Bacharelado em Agronomia	Agosto/2012 a julho/2013
7. Sistema Integrado de Diagnose e Recomendação (DRIS) para diferentes culturas na Microrregião do Bico do Papagaio – TO	Bacharelado em Agronomia	Agosto/2012 a julho/2014

Cont...

8. O uso do biofertilizante avícola e palha de arroz na produção de mudas de <i>Passiflora edulis f. flavicarpa</i>	Licenciatura em Ciências Biológicas	Agosto/2012 a julho/2013
9. O uso do biofertilizante bovino e palha de arroz na produção de mudas de <i>Passiflora edulis f. flavicarpa</i>	Licenciatura em Ciências Biológicas	Agosto/2012 a julho/2013
10. Produção de Mudas de <i>Passiflora edulis F. flavicarpa</i> : alternativas para a viabilização da produção do maracujá-amarelo em Araguatins-TO	Licenciatura em Ciências Biológicas	Agosto/2012 a julho/2013
11. Moscas das frutas associadas a frutíferas no município de Araguatins-TO	Bacharelado em Agronomia	Agosto/2012 a julho/2013

Quadro 3 - Atividades de Pesquisa IFTO *Campus* Araguatins

Fonte: IFTO (2012)

c) Visitas técnicas

A educação na visão do desenvolvimento precisa estar vinculada à formação de pessoas que desenvolvam iniciativas capazes de provocar mudanças no entorno, ter vínculo com as necessidades e formar pessoas ativas com iniciativas capazes de gerar dinâmicas construtivas a partir de uma “cidadania ativa”, advinda de uma “cidadania informada” (DOWBOR, 2007, p. 76).

Nesse pressuposto, o IFTO, assim como o *Campus* Araguatins, utiliza-se das chamadas visitas técnicas como forma indutora de interação entre seus alunos e situações concretas ligadas, por exemplo, aos potenciais econômicos, desafios ambientais, à organização territorial, e aos desequilíbrios sociais da Região e do País. “Pessoas desinformadas não participam, e sem participação não há desenvolvimento” (DOWBOR, 2007, p. 91).

Assim, dentro do contexto de interação de seus alunos com as dinâmicas produtivas locais, é possível relacionar visitas técnicas a locais, feiras, exposições, encontros e participação em programas realizados nos anos de 2011 e 2013 a eventos de destaque para toda a Região:

- a) AGROTINS: permite vivenciar de forma significativa os conhecimentos teóricos na dimensão produtiva de todo o Estado, somando-se, ainda, à dimensão de informações que vão além do vivenciado nas aulas práticas no *Campus*, pois a feira representa a força do agronegócio no Tocantins em nível nacional.
- b) ENEL: o Encontro Nordeste do Setor de Leite e Derivados de Imperatriz (MA) representa a dimensão da bovinocultura leiteira e de derivados; sua força e sua organização como setor econômico para toda a região de abrangência. Tanto como mote de investimento como para a empregabilidade (IFTO, 2012).

- c) Fazenda Elizabete em Paragominas/PA: capaz de oportunizar aos estudantes e acadêmicos das áreas ligadas à natureza conhecer a dimensão de um empreendimento caracterizado pela produção tanto na pecuária como na agricultura, diferencial na Região na produção de culturas como milho, milheto e soja; assim como visualizar, na prática, as exigências profissionais de um empreendimento quanto à empregabilidade para o Técnico em Agropecuária.
- d) O Monumento Natural de Árvores Fossilizadas de Filadélfia (TO): ambiente único de pesquisa e trabalhos ligados à preservação ambiental na Região com área de abrangência em torno de 32 mil hectares no cerrado tocantinense.
- e) Usina Hidrelétrica de Estreito Estado do Maranhão, no Rio Tocantins: ambiente de importância na questão econômica, social e ambiental que envolve a Região diretamente pela sua localização em um dos maiores rios que banha a Região.
- f) Globo Verde Mineração Ltda, de Palestina do Pará (PA): empresa responsável pela exploração de jazidas do calcário que é utilizado para a correção de acidez do solo na região de Marabá no Pará, Maranhão e Tocantins; capaz de oportunizar aos alunos e acadêmicos motes de aprendizagem e interação únicos com os processos de extração do produto.
- g) 7ª Seção AMAZONTECH 2011 Palmas (TO): oferece oportunidades de interação entre diferentes instituições educacionais, profissionais, alunos, produtor em diferentes realidades, colocando em prática seus conhecimentos para mudar a realidade das pessoas no campo.
- h) EXPOARA Araguaína (TO): oportuniza aos estudantes importantes interações para o processo aprendizagem. Ligada ao setor produtivo da Região e adjacentes (IFTO, 2012).
- i) PAGRISA em Ulianópolis (PA): atua de forma sustentável, produzindo álcool, açúcar, cereais, gado bovino e ovino, integrando produção, preservação ambiental e desenvolvimento social.

4.2.2.3 Políticas de Assistência Estudantil

Com o objetivo de contribuir para a permanência e conclusão dos estudos dos alunos dos cursos presenciais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o *Campus Araguatins* contemplou 280 estudantes em 2012 e 665 estudantes em 2013, com os dez tipos de assistência nos termos do Decreto 7.234/2010.

Essa assistência foi destinada, prioritariamente, a alunos oriundos da rede pública de educação, ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo dos demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. A política de assistência social envolve:

- a) **auxílio transporte intermunicipal:** destina-se a estudantes de outros municípios que não têm transporte próprio ou fornecido pelos municípios de domicílio. Consiste em 20% do salário mínimo e atende até 50 estudantes;
- b) **auxílio transporte urbano I:** destina-se a alunos não beneficiados com a alimentação no refeitório, que não dispõem de transporte próprio e precisam de transporte entre a cidade e o *Campus* quatro vezes ao dia. Consiste em 14% do salário mínimo e atende até 30 estudantes;
- c) **auxílio transporte urbano II:** destina-se a alunos não beneficiados com a alimentação no refeitório, que não dispõem de transporte próprio e precisam de transporte entre a cidade e o *Campus* duas vezes ao dia. Consiste em 8% do salário mínimo e atende até 120 estudantes;
- d) **auxílio alimentação I:** destina-se a estudantes que se alimentam durante a semana no *Campus* e precisam de auxílio para alimentação nos fins de semana, em razão de seus familiares ou responsáveis residirem em outros municípios. Consiste em 10% do salário mínimo e beneficia até 30 estudantes;
- e) **auxílio alimentação II:** destina-se a estudantes que os familiares ou responsáveis legais residem em outra cidade e que não são beneficiários da alimentação do refeitório. Consiste em 30% do salário mínimo e beneficia até 80 estudantes;
- f) **auxílio bolsa estudante colaborador:** destina-se a inserir estudantes em atividades orientadas com carga horária de até 12 horas semanais nas dependências do *Campus*, visando integração social, aperfeiçoamento profissional e cultural como complementação do processo de ensino aprendizagem. Consiste em 40% do salário mínimo e beneficia até 30 estudantes;
- g) **auxílio creche:** destina-se a pais estudantes com crianças entre quatro meses a três anos de idade, com período de duração de até quatro meses. Consiste em 20% do salário mínimo e beneficia até 15 estudantes;
- h) **auxílio material didático:** esse auxílio pode ser cumulativo às demais modalidades e destina-se à compra de materiais como, por exemplo, calculadora, caderno, jaleco, *pen drive*, entre outros, cabendo ao estudante contemplado

apresentar nota fiscal da compra. Corresponde a 10% do salário mínimo e beneficia até 70 estudantes;

- i) **auxílio uniforme:** consiste na concessão de valor referente a duas camisetas padrão do IFTO, mediante nota fiscal. Pode ser cumulativo aos demais auxílios e beneficia até 70 estudantes;
- j) **bolsa PROEJA:** destina-se ao pagamento no valor de 20% do salário mínimo a alunos do PROEJA e pode ser cumulativo com os auxílios uniforme e material didático. Beneficia até 30 alunos; e
- k) **auxílio moradia:** destina-se a alunos de outros municípios que precisam residir em Araguatins. Corresponde a 25% do salário mínimo e beneficia até 150 estudantes (IFTO, 2013).

Auxílios relevantes quando se pensa no desenvolvimento com liberdade, pois a falta mínima de liberdade financeira pode limitar as pessoas. Tanto que limita até mesmo o acesso a vetores de oportunidades sociais como a educação (SEN, 2002).

Dados da Fundação Getúlio Vargas, *apud* Neri (2009), apontam que no ensino médio a taxa de abandono dos estudos pela falta de renda chega a 27,09%, e no ensino superior a principal causa para a evasão é o nível socioeconômico somado à dificuldade de conciliar estudo e trabalho. Pobreza e evasão escolar estão intimamente interligadas nas evidências empíricas.

4.3 INTEGRAÇÕES DE DISCUSSÕES

O desenvolvimento da pesquisa se fundamentou em revisão de literatura e análise de dados secundários e permitiu situar como a nova institucionalização vem proporcionando mudanças e oportunidades diante do panorama regional.

Essas mudanças e oportunidades são advindas e agregadas às suas finalidades, objetivos, cursos e projetos de pesquisa desenvolvidos para o contexto regional, a partir de variáveis não-econômicas; valor instrumental da educação; qualificação profissional e políticas e programas de assistência estudantil, por ser o Bico do Papagaio um território que contém, em seu rol de problemas e desafios para o desenvolvimento, a baixa escolaridade e anos de estudo e capacitação profissional deficiente (MI/SPR, 2009).

Essas variáveis são as não-econômicas, o valor instrumental da educação; e a responsabilidade social direta.

Variáveis estas descritas como segue:

a) **Variáveis não-econômicas** (geradas pela existência de investimentos em educação): despertar cultural, conscientização, compreensão dos direitos, adaptabilidade, autonomia, autoconfiança, autoestima (SACHS, 2004), exercício da cidadania e homogeneização social (BRASIL, 2003), indo ao encontro da diversidade social da Região, que possui posições políticas e objetivos divergentes num território integrante da Amazônia Legal, onde o fator sustentabilidade econômica, social e ambiental se caracteriza como de peso para o processo de desenvolvimento como um todo (MI/SPR, 2009).

Além disso, cita-se ainda o aumento da produtividade, da expectativa de vida, eficiência do uso dos recursos familiares, redução do número de filhos, qualidade de vida e redução do grau de pobreza futura (BARROS; MENDONÇA, 1997), prevenção de delinquência (KLIKSBURG, 2010), orientação para o emprego e empregabilidade que oportunizam a superação das privações de liberdades ligadas às necessidades educacionais dos indivíduos (SEN, 2002) da Região, antes bem mais restritas pelas dificuldades financeiras e geográficas de acesso aos grandes centros.

É importante destacar que ocorreu um aumento considerável em número de alunos do ano de 2008 a 2013, aumentando de 400 para 1500, aproximadamente, para os cursos presenciais e 1.950 novas vagas em EAD para o segundo semestre letivo de 2013 (IFTO, 2013).

b) **Valor instrumental da educação:** entendido como aquele ligado à empregabilidade (SACHS, 2004) seja no campo individual, social e no econômico. Pelo sistema Escola Fazenda, o *Campus* disponibiliza no contexto ensino-aprendizagem oportunidades contextualizadas, disponibilizando aos educandos vivenciar e experimentar os conhecimentos teóricos no campo da prática laboral, complementados ainda por meio de projetos de pesquisa e visitas técnicas a eventos e empreendimentos da Região.

Por meios de seus cursos técnicos do setor agropecuário, agroindústria, informática e bacharelado em agronomia, programa Mulheres Mil e PRONATEC direcionam a formação direta para a vocação econômica básica da economia do Estado e do Bico do Papagaio, o que denota importância no processo de desenvolvimento regional, especialmente na abordagem do desenvolvimento com liberdade, que precisa remover a carência de oportunidades (SEN, 2002).

Nesse sentido, pelas bases econômicas do Estado e da Região, é possível afirmar a existência de sinergia entre as demandas existentes e os cursos oferecidos, entretanto é

determinado em Lei que os IFs destinem 20% de suas vagas para cursos de licenciaturas e formação pedagógica voltada para professores da Educação Básica (Brasil, 2008).

As licenciaturas e formação pedagógica também contribuem de forma positiva para melhorar a qualificação técnica dos professores, e conseqüentemente dos alunos, e aumentar as oportunidades de emprego na região.

Com o aumento do nível educacional dos trabalhadores aumenta-se a empregabilidade e a renda, vindo assim ao encontro da temporalidade educacional existente no Território, considerado de baixa renda e de baixa oferta de mão de obra qualificada (MI (2009).

Indivíduos com nível médio incompleto têm 17,6% a mais de probabilidade de estar desempregados. Com o nível médio essa probabilidade cai para 10,9% e com superior o índice vai para 5,4% (IPEA, 2006).

Esse ponto é a favor do *Campus*, pois mesmo não havendo uma pesquisa sistematizada de empregabilidade, registraram-se as seguintes oportunidades de emprego no decorrer dos meses:

- maio a agosto de 2013: chamadas para Técnicos em Agropecuária;
- abril/2013: solicitação de 26 formados na área para uma empresa do Pará;
- junho: chamada para trabalho em áreas como: pecuária (confinamento) e agricultura (milho e soja) em fazenda de São Raimundo da Mangabeira Estado do Maranhão; projeto de peixe e leite no Município do São Bento-TO (IFTO, 2013); e o SENAR, administração regional do Tocantins, lançou edital com 100 vagas para Técnico em Agropecuária para trabalhar no Bico do Papagaio (SENAR, 2013).
- agosto de 2013: chamada para Técnico em Agropecuária com habilidades com números, organização, trabalho em equipe, conhecimentos em reprodução animal, manejo de pastagens, *software* de manejos de bovinos; e
- setembro: empresa do Pará fez consulta para chamada de 10 Técnicos em Agropecuária (IFTO, 2013).

c) Responsabilidade Social Direta: o *Campus* fornece alojamentos, alimentação, serviços médicos e de enfermagem, psicólogo e assistente social, entre outros, tendo ainda beneficiados com outras formas de auxílios por meio dessas políticas, dando condições aos estudantes em situação de vulnerabilidade permanecer e concluir seus estudos com disponibilização de auxílios tanto para os internos como para aqueles não contemplados com moradia ou alimentação no próprio *Campus*.

Esses auxílios são relevantes quando se pensa no desenvolvimento com liberdade (SEN, 2002), pois a falta mínima de liberdade financeira pode limitar as pessoas, inclusive o acesso a vetores de oportunidades sociais como a educação. A taxa de abandono dos estudos no Ensino Médio pela falta de renda chega a 27,09% e no ensino superior o nível socioeconômico, somado à dificuldade de conciliar estudo e trabalho, é a principal causa de evasão (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, *apud* NERI, 2009), pois pobreza e evasão escolar, mesmo não sendo únicas, estão intimamente interligadas.

Trata-se de variáveis a partir das quais há percepção de contribuições e efetiva participação da Instituição no processo de desenvolvimento socioeconômico da Região, tanto na visão macro como micro do conhecido Território Bico do Papagaio.

Por isso, evidencia-se a importância de se pensar a dimensão desses processos e inter-relações educativas, pois o desenvolvimento local tem adquirido importância crescente em inúmeros estudos, tanto do Banco Mundial, como das Nações Unidas (DOWBOR, 2007), e a Instituição de Ensino Superior (IES) precisa se estabelecer, posicionando-se cada vez mais como uma IES da Região ao invés de simples IES na Região (ROLIM; SERRA, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou estudar as ações e políticas executadas pela IFTO *Campus* Araguatins no Território Bico do Papagaio, em função do contexto agrário, das bases econômicas, e da temporalidade educacional na promoção do desenvolvimento socioeconômico, a partir de suas práxis como Instituição Educacional atuante em diferentes níveis educacionais.

Conhecer as ações e as políticas de uma Instituição em cujo cerne está o contexto regional e local se faz importante para avaliar a capacidade locativa de seus produtos e investimentos nas diferentes variáveis em que a educação se faz presente, direta ou indiretamente, no contexto do desenvolvimento socioeconômico de inserção.

A pesquisa demonstrou que o *Campus* oferece aos educandos significativa interação com o contexto local, regional e nacional, com aprendizagem devidamente contextualizada, por meio dos projetos de pesquisa, visitas técnicas, e parcerias em projetos com outras instituições.

Os alunos, acadêmicos, e professores tiram proveito de um rol de oportunidades disponibilizadas no meio social que oportunizam, também, uma aprendizagem dentro do

conceito de sociedade educativa, na qual tudo pode ser uma oportunidade para aprender e interagir.

Essas práticas, acrescidas das políticas de assistência estudantil, destinam-se prioritariamente a alunos oriundos da rede pública de educação, sem prejuízo dos demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Por meio de cursos técnicos do setor agropecuário, agroindústria, informática e bacharelado em agronomia, e do programa Mulheres Mil e PRONATEC, o *Campus* direciona a formação direta para a vocação econômica básica da economia do Estado e do Bico do Papagaio.

Isso denota a importância no processo de desenvolvimento regional, especialmente na abordagem do desenvolvimento com liberdade, em que o desenvolvimento precisa remover a carência de oportunidades (SEN, 2002). Nesse sentido, pelas bases econômicas do Estado e da Região é possível afirmar a existência de sinergia entre as demandas existentes e os cursos oferecidos.

Determina a Lei, entretanto, que os IFs destinem 20% de suas vagas para cursos de licenciaturas e formação pedagógica voltada a professores da educação básica. As licenciaturas e a formação pedagógica também contribuem de forma positiva para melhorar a qualificação técnica dos professores e conseqüentemente dos alunos, aumentando as oportunidades de emprego na Região.

Dessa forma, em concordância com os referenciais teóricos, o estudo permitiu considerar que existem alguns pontos paralelos entre as necessidades regionais e a *práxis* do *Campus* quanto ao desenvolvimento socioeconômico. Pontos a partir dos quais se conclui que suas ações contribuem com o processo de desenvolvimento regional e local pelas demandas agregadas, pela qualificação da força de trabalho, pelo efeito de suas pesquisas na produtividade, no aumento do nível de conhecimentos, de cultura e *lócus* de inovações e constituição de cidadania, ou simplesmente pelo aumento do nível de escolaridade no todo.

A Instituição promove o aumento do nível educacional da população, e assim, promove o desenvolvimento pelas vertentes não-econômicas, ligadas a externalidades, como aumento da expectativa de vida; redução do grau de pobreza; redução de violência; redução do número de filhos; qualidade de vida, e exercício da cidadania.

Na vertente econômica, pelo valor instrumental da educação a Instituição contribui com o aumento do nível educacional dos trabalhadores e das condições de empregabilidade. Ao inserir mão de obra qualificada no mercado de trabalho a Instituição promove o

desenvolvimento socioeconômico, pois faculta às pessoas a possibilidade de ingressar no mercado em condições igualitárias de competir por melhores oportunidades e aumento de renda e qualidade de vida.

A formação de mão de obra possibilita atender as demandas regionais, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e a superação de uma das mais básicas privações de liberdade: a econômica.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.L.G.; VIEIRA, C.A.S. Qualificação profissional: uma proposta de política pública. **Planejamento e Políticas Públicas** nº 12 jun/dez 1995. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PP/article/viewFile/143/145>> Acesso em 12 jun.2013.

AMORIM, R.L.C.; CAMOS, A.G.; GARCIA, R.C. (Eds). **BRASIL: o estado de uma nação – Estado, crescimento e desenvolvimento: a eficiência do setor público no Brasil**, 2007. Brasília: IPEA, 2008.

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico**. Texto para Discussão nº 525. Rio de Janeiro, novembro de 1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0525.pdf > Acesso em 02 out. 2013.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Capítulo 14, Rio de Janeiro, IPEA, 2002. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/.../capitulo14.pdf> > Acesso em: 25 out. 2012.

BASA-Banco da Amazônia S/A. **Plano de Aplicação dos Recursos para 2012 – Estado do Tocantins**. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/includes/produtserv/fno/arquivos/2012/plano_de_aplicacao_TO_2012.pdf> Acesso em 14 mar.2013.

BRASIL, **Constituição da República do**. Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 39/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília, 2003.

_____. LEI nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União** Nº 253, Seção 1-3 de terça-feira, 30 de dezembro de 2008.

_____. Portaria nº 1015, de 21 de julho de 2011. **Diário Oficial da União**, seção 1 nº 140, p. 38 de 22 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>

BRÜSEKE, F.J. Tempo e Desenvolvimento Socioeconômico. **SOCITEC E-PRINTS** v. 4, n. 2, p. 04-27. São Cristovão. Jul.-Dez., 2010 Disponível em: <http://www.socitec.pro.br/e-prints_v4_n2_t1.pdf> Acesso a: 03 out. 2012.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARVALHO, L. **1988 o ano em que um obstinado mudou os destinos de um povo – Testemunho da História**; volume II corrigido e atualizado. Palmas-TO: 2011.

DELORS, J. (pres.). **Educação um Tesouro a Descobrir** - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília: UNESCO, Fundação Faber Castell, 2010.

DOWBOR, L. Educação e apropriação da realidade local. **Estud. av.**, São Paulo, v. 21, n. 60, ago. 2007. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 set. 2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000200006>.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2011.

FEIJÓ, R.L.C. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. São Paulo: LTC Editora, 2011.

FERRETTI, C.J. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. **Educ.Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 401-422, maio/ago. 2004. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21463.pdf>> Acesso em 12 jun.2013.

FERRETTI, C.J. Modernização Tecnológica, Qualificação Profissional e Sistema Público de Ensino. **São Paulo em Perspectiva**, 7(1):84-91 Janeiro/Março 1993. Disponível em:
<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n01/v07n01_11.pdf>Acesso em: 15 out. 2013.

FERRETTI, C.J.; SILVA JUNIOR, J.R. Educação Profissional numa Sociedade sem Emprego. **Cadernos de Pesquisa**, 09, p. 43- 66, março/2000. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a03.pdf>> Acesso em: 21 out. 2013.

FINCO, M.V.A.; DOPLER, W. Biodiesel e Desenvolvimento Regional na Amazônia Legal: Casos do Estado do Tocantins. Amazônia: **Ci. & Desenv.**, Belém, v. 6 n. 12 Jan/jun 2011. Disponível em:
<http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/Revista/edicao_12/n12_biodiesel_e_desenvolvi.pdf> Acesso em 24 jan.2012

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, J. (Org) **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Artmed, Porto Alegre: 2010, p. 25-41.

FURTADO, C. Os Desafios da Nova Geração. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 4 (96), outubro-novembro/2004. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/96-1-pdf>. Acesso em: 04 out. 2012.

GADOTTI, M. **Educar para a Sustentabilidade**: uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Editora e Livraria Paulo Freire, PNBE Professor 2010.

GALERA, J.M.B. (2003) **Políticas públicas em educação e a formação do gestor (slide)**. Disponível em:

<<http://www.ct.utfpr.edu.br/deptos/dacex/joscely/arquivos/metodologia/PalestraFaxinal.pdf>>
Acesso em: 09 out. 2012.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HÖFLING, E.M. Estado e Políticas (públicas) Sociais. **Cad. CEDES** [online]. 2001, vol.21, n.55, pp. 30-41. ISSN 0101-3262. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_arttext>
Acesso em: 10 out. 2012.

IBGE. **População da Cidade de Araguatins - TO**, 2010 –. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 11 jul. 2011.

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2010- 2014**. Disponível em: <<http://reitoria.ifto.edu.br>>
Acesso em: 11 jul. 2011.

_____. **EDITAL N° 21/2012** Vestibular 2013/1 para os Cursos Superiores de Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Computação, ofertados pelo Campus Araguatins do IFTO. Disponível em:
<<http://araguatins.ifto.edu.br/index.php?>> Acesso em 02 out. 2013.

_____. **Projetos de Pesquisa Cadastrados na Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Campus Araguatins 2012-2014**, Resolução nº 12/2011/Conselho Superior/IFTO. Disponível em: <<http://reitoria.ifto.edu.br>>. Acesso em: 11/09/2012.

_____. Programa de Assistência Estudantil 2012 - **Edital nº 07/2012**: Seleção de candidatos às vagas do programa de assistência estudantil 2012, oferecidos para discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins Campus Araguatins, em cumprimento ao Decreto nº 7.234/2010. Disponível em: <<http://reitoria.ifto.edu.br>> Acesso em: 11 set. 2012.

_____. **DVD - Histórico dos 18 anos da EAFA/Escola Agrotécnica Federal de Araguatins**. Gabinete do Diretor Geral do Campus: 2004.

_____. **Vagas de Emprego**. Disponível em
<http://araguatins.ifto.edu.br/documentos/oportunidades_emplo_junho13.pdf> Acesso em 07 e 13 jun. 2013 às 13h:45min.; 04 set. 2013.

_____. **Seleção de alunos para o ensino técnico subsequente ofertado na modalidade EAD 2013/2** - Edital 027/2013 IFTO Campus Palmas de 14/08/2013. Disponível em:
<<http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=news.php&id=3033>> Acesso: 22 set. 2013.

INCRA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/Pronera Publicação Especial nº 06 - Dezembro de 2010, p. 15. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/>> Acesso em 17 dez. 2011.

_____. **Relação de Projetos de Reforma Agrária**: conforme fase de implantação – Relatório 0227 de 18/08/2011. P. 258 a 270. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=399>. Acesso em 13 dez. 2011.

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas; sumário analítico 2009**. Brasília, 2009 – Série Brasil: o estado de uma nação 2006. Disponível em:

<www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol04.pdf>. Acesso em 07 out. 2012.

_____. **Série Brasil: o estado de uma nação 2006, Educação no Brasil, Atrasos, Conquistas e Desafios**. Disponível em:

<www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol04.pdf>. Acesso em 07 out. 2012.

KLIKSBERG, B. Os desafios éticos de um continente paradoxal, in SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Tradução de Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lina da Silva. p. 139-402, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MACHADO, L. Ensino médio e técnico com currículos integrados: proposta de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL J. (Org.) **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: desafios, tensões e possibilidades**. p. 80-95. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MATSUURA, K. Prefácio. In COLCLOUGH, C (Dir.). **Gênero e Educação para Todos: O Salto Rumo à Igualdade (Relatório Conciso)**. UNESCO: Paris, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132480por.pdf>>. Acesso em 19 mar. 2013.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEC/SENTEC Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Livreto Institucional - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Concepção e Diretrizes**, junho de 2008. Disponível em:

<http://rededefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=50> Acesso em 31 out. 2012.

MDA/Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Histórico da Reforma Agrária**. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=269&Itemid=289> Acesso em: 04 dez. 2011.

_____. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Sistema de Gestão Estratégica Documento de Referência**, 2010. Disponível em:

<<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>> Acesso em: 19 dez. 2011.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2010. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/jotaluiz/morin-e2003acabecabemfeitarepensarareforma>> Acesso em: 02 abr. 2013.

MI/SDR-Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Desenvolvimento Regional: **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – Texto de Referência (Resumo**

Executivo) Brasília, julho de 2012. Disponível em:
<http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=6700cd7d-7994-4f97-ac9b-a11atf83adbfb&groupId=10157> Acesso em 22 jan. 2013.

_____. **Plano de Ação da Mesorregião Bico do Papagaio/Relatório Final de março de 2009**. Departamento de Programas das Regiões Norte e Nordeste. Disponível em:
http://www.integraregio.com.br/file.php/1/Biblioteca/Planejamento_Regional/Plano_de_Acao_da_Mesorregiao_Bico_do_Papagaio.pdf> Acesso em: 06 ago. 2011.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ 2003-2007**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnq/conheca_base.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.

NASSER, B. **Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento**. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Desenvolvimento_Regional/200012_11.html> Acesso em: 18 jan. 2012.

NERI, M. C. (Coord). **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. FGV/IBRE, CPS, Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>>. Acesso em: 05 mai. 2012.

OLIVEIRA, M.E. **Conversando sobre Economia**. Campinas, SP: Alínea, 2002. COFECON – Conselho Federal de Economia, 2011. Disponível em:
<http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2238&Itemid=99> Acesso em: 16 jan. 2012.

OLIVEIRA, A.F. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In OLIVEIRA, A.F.; PIZZIO, A.; FRANÇA, J. (org) **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás: Editora PUC, 2010, p. 93-99.

PACHECO, E. (org) **Institutos Federais – uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Fundação Santillana, Moderna, 2011.

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento. **Balanco 2007-2010**, Comitê Gestor do PAC Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/estaduais/tocantins-1>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

PESSOTTI, A.L. **Ensino Médio Rural: Contradições da formação em alternância**. Vitória: UFES – Secretaria de Produção e Difusão Rural, 1995.

PRETTO, N.L. **Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia**. 2ª edição. Campinas, SP: Papirus, 1999.

RAGGI, R.V.; MARTINS, S.M.M. Contradições do Planejamento de Assentamentos Rurais: Um Estudo de Caso da Comunidade de Resistência Roseli Nunes – Pequi - MG. **Revista Geografias**. Belo Horizonte/MG. Jan-Jun./2010 p. 42-56.

ROLIM, M.A.; SERRA, C.F.C. **Universidade e Desenvolvimento Regional: Apoio das Instituições de Ensino Superior ao Desenvolvimento Regional**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009.

ROLIM, M.A.; KURESKI, R. O impacto econômico de curto prazo das universidades estaduais paranaenses. In ROLIM, M.A.; SERRA, C.F.C. **Universidade e Desenvolvimento Regional: Apoio das Instituições de Ensino Superior ao Desenvolvimento Regional**. p. 41-119. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009.

REDIN, E.; ZITKOSKI, J.J. Políticas públicas para a inclusão social – a educação em foco. **UNirevista** – v.1, n. 2, abril de 2006.

RURALTINS - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - **Plano Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural da Ruraltins** - 2011. Cópia fornecida pelo Escritório Regional de Araguatins - TO.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

SACHS, I. Prefácio. In VEIGA, J.E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010. p.9-10.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Tradução de Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEPLAN - A Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Produto Interno Bruto do Estado do Tocantins referente ao ano de 2009**. Disponível em: <<http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/index2.php?area=noticias &id=365>> Acesso em 18 jan. 2012.

_____. **PIB 2010 do Estado do Tocantins**. Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/download/pib/2010/APRESENTACAO_PIB_2010-TOCANTINS.pdf> Acesso em: 14 mai. 2013.

SCMIDT, M. **Nova História: Ensino Médio**. . São Paulo: Editora Nova Geração, 2005.

SILVA, G.F.; ABREU, P.C.; LOPES, S.R.; SANTANA, J.C.; SILVA, P.H.G. O Projeto Balde Cheio: estudo de caso no Campus Araguatins-TO. Em VII CONNEPI (Congresso Norte, Nordeste de Pesquisa e Inovação) **Anais ...** Palmas, outubro de 2012. Disponível em: <http://propi.iftto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/3123/2054> Acesso em 17 mai. 2013.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa – Dossiê **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003 Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=273>> Acesso em: 24 ago.2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>> Acesso em: 24 ago.2012.

SOUZA, J.L. Trabalho: O mapa do emprego no Brasil: Indicadores. **Revista Desafios do Desenvolvimento IPEA**/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ed. 38 dezembro/2007. p. 64-65. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/indicadores/rd38.pdf>> Acesso em 18 mar.2013.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, N.J.; OLIVEIRAJ.C. Relações entre Geração de Conhecimento e Desenvolvimento Econômico. **Revista Análise**. Porto Alegre v. 17 n. 2 p. 211-223 jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/face/article/view/304/241>> Acesso: 27 out 2012.

UFT - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Avaliação da Efetividade do Programa Desenvolvimento Sustentável de Território Rural do Bico do Papagaio – TO**. Palmas novembro de 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra022.pdf>> Acesso em 11 dez. 2012.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília, UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2013.

VALE, J.M.F. Educação urgente para quê? **Nuances**. Unesp Presidente Prudente - v. III - Setembro de 1997. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewDownloadInterstitial/52/49>>

VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A. Ferrovia Norte Sul. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/situacao.htm> e www.valec.gov.br/ferrovia.htm> Acesso em 09 dez. 2011.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.

VIDOR, A.; REZENDE, C.; PACHECO, E.; CALDAS, L. Institutos Federais: Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – **Comentários e reflexões**. In PACHECO, E. (org) **Institutos Federais** – uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Fundação Santillana, Moderna, 2011. p.47-115.

WERMELINGER, M.; MACHADO, M.H.; AMANCIO FILHO, A. Políticas de educação profissional: referências e perspectivas. **Ensaio**: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2007, vol.15, n.55, pp. 207-222. ISSN 0104-4036. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362007000200003>> Acesso em: 30 out. 2012.

WERTHEIN, J. In UNESCO/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. UNESCO, Brasília: 2005, p.9. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

YOUNG, C.E.F.; LUSTOSA, M.C.J. A Questão Ambiental no Esquema Centro-Periferia. **Revista ECONOMIA**, Niterói (RJ), v.4, n. 2, p.201-221, jul./dez. 2003.